

Dois Estudos Recentes sobre Educação e Municípios

Presidente da Mesa – Paula Santos

Os municípios na sua relação com os jardins de infância e escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico: resultados de um estudo realizado no CNE

Maria Odete Valente*

A – INTRODUÇÃO

I – Objectivos do estudo

Neste texto dá-se conta da síntese possível dos resultados de um estudo realizado por iniciativa da 1.ª Comissão Especializada do CNE. Preocupada com a situação do ensino no Pré-Escolar e Primeiro Ciclo do Ensino Básico e com as relações e investimentos feitos pelos municípios em seu favor, decidiu esta comissão elaborar um questionário** que cobrisse diversos aspectos dessa relação e permitisse fazer um levantamento nacional da situação.

De acordo com o texto do ofício enviado às Câmaras Municipais, em 6 de Junho de 2003, a comissão pretendeu recolher informação sobre o exercício das competências dos municípios no âmbito da “rede pública dos jardins de infância e das escolas do 1.º Ciclo”, para:

- analisar até que ponto as Câmaras Municipais vinham assumindo o encargo que lhes foi atribuído por lei;
- verificar se havia situações muito diferenciadas e se se encontravam indicadores que permitissem confrontar a atenção prestada ao 1.º ciclo e à educação pré-escolar;

* Coordenadora da 1.ª Comissão Especializada do CNE sendo conselheira cooptada.

** O desenho do questionário teve a colaboração dos membros da 1.ª Comissão, os Conselheiros António Abreu e António Ganhão.

- identificar tendências na despesa global *per capita* a partir dos dados fornecidos pelos municípios.

II – Sobre o envio e recepção dos questionários

O questionário foi enviado a todas as autarquias no 2.º semestre de 2003. Obtiveram-se 101 respostas apesar de repetidas diligências. O CNE reconheceu as dificuldades de preenchimento dos questionários e justificou esta iniciativa por se constatar que estes dados não estavam disponíveis em qualquer outro organismo.

As Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores informaram que as competências referidas ou pressupostas no Inquérito estão atribuídas aos Governos Regionais e às próprias escolas e não às Câmaras Municipais, conforme o respectivo Estatuto Político e Administrativo. Esta situação justifica o facto de apenas terem sido tratados os dados correspondentes aos municípios do Continente.

Do total de 278 concelhos no Continente, foram recebidos 101 formulários preenchidos, total ou parcialmente. Feita a leitura de todos eles, questão a questão, conclui-se que:

- de um dos distritos não houve nenhum concelho respondente;
- dos restantes 17 distritos, situam-se no interior os que apresentam maior percentagem de concelhos a responder;
- a percentagem de respondentes por questão varia muito, oscilando entre 20% e 100 %.

As matérias abordadas nas várias questões requerem um razoável domínio de áreas como a administração da educação, a legislação recente e menos recente e os projectos educativos em desenvolvimento nas escolas, para além do conhecimento da evolução legislativa sobre as competências dos municípios. Ora, constatou-se uma grande diversidade na qualificação dos respondentes ao inquérito.

As áreas de questionamento são diversas e os números entre parêntesis dizem-nos quantas foram respondidas nos 101 questionários recebidos:

1-	Caracterização	(101)
2-	Obras	(87)
3-	Actividades de Tempos Livres	(68)
4-	Apoios a Projectos	(42)
5-	Equipamentos	(34)
6-	Despesas de Funcionamento	(74)
7-	Material Didáctico	(72)
8-	Conforto	(97)
9-	Tecnologias de informação e comunicação	(51)
10-	Despesas Internas	(27)
11-	Despesas de Alfabetização	(36)
12-	Ação Social Escolar	(78)
13-	Serviço de Refeições	(87)
14-	Transportes Escolares	(95)
15-	Conselhos Municipais de Educação	(97)
16-	Participação dos Pais	(90)
17-	Relação com a Comunidade	(90)
18-	Carta Escolar	(90)
19-	Projecto Educativo Concelhio	(80)
20-	Encargos com outras	(17)
21-	Estrutura Municipal	(89)
22-	Descentralização	(90)
23-	Despesas Globais	(49)
24-	Relações Interinstitucionais	(95)
25-	Outros Aspectos	(20)

Daí que, apesar da boa vontade manifestada, nem todas as questões tenham obtido resposta e se encontrem, com alguma frequência, dados incoerentes. Muitos dos municípios, nos ofícios que acompanham o Inquérito, referem dificuldades diversas, das quais se destacam:

- falta de dados informatizados anteriormente a 2003 (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais);
- insuficiência de informação quantificada sobre as escolas;
- inexistência de contabilidade analítica;
- impossibilidade de desagregar os dados referentes às despesas com a educação pré-escolar.

III – Tratamento dos inquéritos

A recepção dos inquéritos foi considerada terminada em Novembro de 2003.

O tratamento dos dados arrastou-se por algum tempo, apesar da colaboração de duas técnicas* encarregadas da análise. Só no final do ano seguinte se tinha uma primeira versão do tratamento dos dados, tendo o relatório final ficado concluído em 2005. Foi necessário alterar o modo de agrupar os dados e os concelhos respondentes foram divididos em quatro categorias tendo em atenção o n.º de alunos a que tinham de dar respostas:

Classe A – 26 concelhos – até 281 alunos

Classe B – 25 concelhos – de 282 a 664 alunos

Classe C – 25 concelhos – de 665 a 1 646 alunos

Classe D – 25 concelhos – de 1 647 a 15 496 alunos

IV – Algumas observações

Como se constata pelas áreas de questionamento já referidas, um dos objectivos centrais consiste no cálculo do valor despendido por município com cada criança/aluno. No entanto registaram-se várias dificuldades para concretizar este objectivo:

* Clara Sousa Lopes e Maria Amélia Mendonça trabalharam no apuramento dos dados e elaboraram as tabelas e gráficos apresentados no relatório final.

- A qualidade das respostas é irregular: em alguns casos, surgem dúvidas relativamente às unidades utilizadas na informação sobre as despesas, e, noutras casos, os valores não se reportam a todos os anos solicitados.

- Em algumas questões, os anos de referência são civis e noutras são lectivos, sendo que o intervalo nem sempre coincide.

- A complexidade do Inquérito dificultou o seu preenchimento, uma vez que nem todos os municípios dispõem de pessoal habilitado, com conhecimento das matérias abordadas e dispoendo dos elementos de informação organizada relativa ao período em análise.

Apesar disso, foi possível proceder ao tratamento satisfatório da questão 23, apresentando o cálculo da despesa global *per capita* efectuado pelos municípios e confrontá-lo com todos os concelhos que responderam ao inquérito, agrupados pelas categorias anteriormente referidas, de modo a considerar o efeito de uma certa economia de escala.

Todas as questões foram analisadas e para cada uma elaborados quadros-síntese bem como os gráficos considerados relevantes. Por razão de contenção não se apresentam aqui as respostas de todas as questões colocadas, cujos dados foram tratados, e de que existem quadros-síntese que podem ser disponibilizados pelo CNE.

B – RESULTADOS*

Apresentam-se de seguida os resultados obtidos a partir das respostas ao questionário já referido.

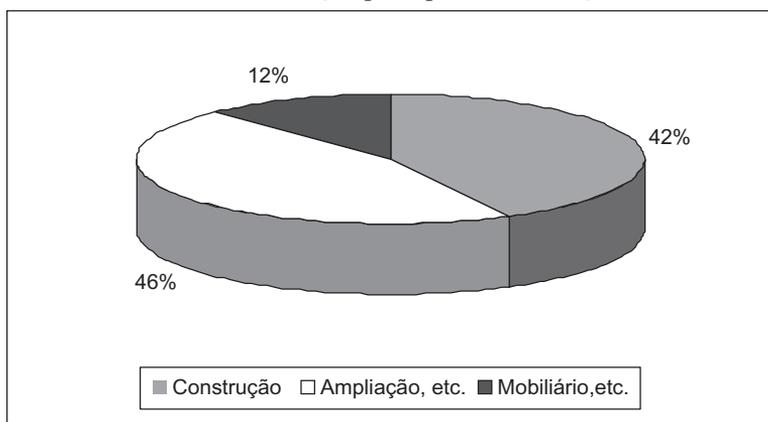
* A numeração adoptada nos títulos dos quadros e gráficos que se apresentam reporta-se às perguntas do questionário, atrás listadas (de 1 a 25), e identificadas entre parêntesis no título de cada uma das alíneas que se seguem. Nesta comunicação optou-se por apresentar apenas as mais relevantes para os objectivos estabelecidos (as assinaladas a cinza na lista supra). Ao longo do texto, os concelhos são identificados com o código oficial correspondente à respectiva divisão territorial.

Os dados apresentados põem em evidência a diversidade dos relacionamentos dos municípios com as escolas e a diferença significativa dos montantes investidos nos apoios, investimentos por aluno e por sala de aula, comparados sempre que relevante dentro de cada categoria de município.

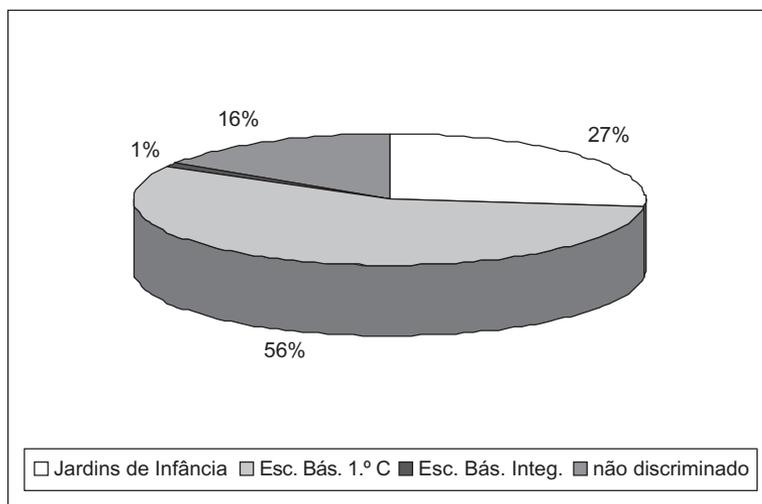
I – Obras (Questão 2)

Para o conjunto dos concelhos que responderam ao inquérito a distribuição percentual da despesa global é a seguinte:

2.1 – Distribuição por tipo de intervenção



2.2 – Distribuição por tipo de estabelecimento de educação e ensino



2.3 – Valor médio da despesa por criança/aluno no quadriênio 1998-2001 (em contos)

Concelhos	Construção	Ampliação e Manutenção	Mobiliário e Equipamento	Total Obras
Classe A	104,3	86,5	41,8	221,3
Classe B	92,6	59,6	10,8	163,0
Classe C	28,4	59,0	9,4	96,8
Classe D	124,4	93,0	36,7	254,1
Total	87,6	73,9	23,9	183,4

II – Actividades de Tempos Livres (Questão 3)

No que se refere aos 40 concelhos para os quais é possível calcular as percentagens de estabelecimentos do 1.º ciclo que proporcionaram actividades de tempos livres, no ano lectivo de 2002-2003, encontram-se valores inferiores aos dos estabelecimentos do pré-escolar.

Este resultado torna-se mais expressivo se o cálculo da percentagem se fizer para o total dos estabelecimentos com ATL dos concelhos respondentes a esta questão e das crianças/alunos que os frequentaram tendo como referência o total dos estabelecimentos e das crianças/alunos dos concelhos que responderam ao inquérito:

3.1 – Percentagem de estabelecimentos com ATL e de alunos que os frequentam

% de Estabelecimentos com ATL*			% de Crianças/Alunos em ATL*		
Pré-Escolar	E. B.-1.º C	E. B. I.	Pré-Escolar	E. B.-1.º C	E. B. I.
31	7	40	21	4	8

* em relação ao total dos concelhos que responderam ao inquérito

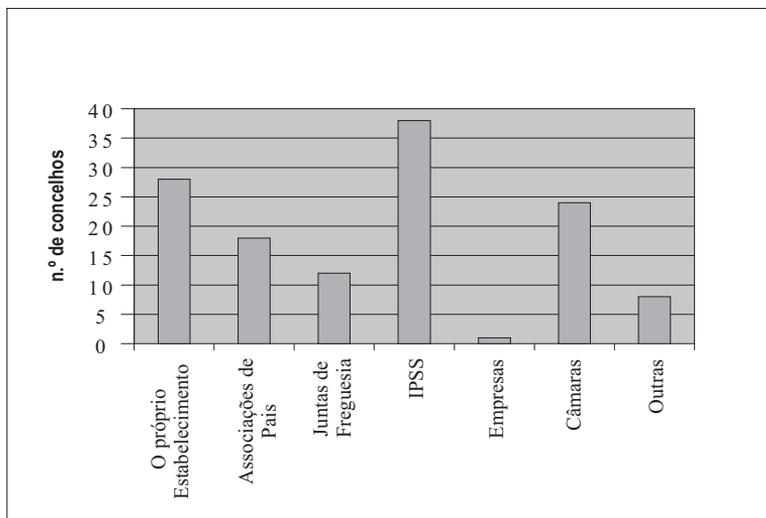
Globalmente pode dizer-se que a percentagem de estabelecimentos indicados como tendo ATL, no ano de 2002/2003, é significativamente maior no pré-escolar do que no 1.º ciclo, e o mesmo acontece em relação ao número de crianças/alunos que frequentaram ATL.

Quem as promove (maioritariamente)? (questão 3.6)

A pergunta acerca de quem promove este tipo de actividades, apesar de incluir entre parêntesis o advérbio “maioritariamente” não impediu que alguns municípios assinalassem mais do que uma resposta. Conclui-se então que a maior parte da iniciativa pertence a instituições privadas de solidariedade social (38 respostas), seguidas do próprio estabelecimento escolar ou educativo (28 respostas) e, em terceiro lugar, as Câmaras (24 respostas), opção que não tinha sido incluída expressamente pelos autores do Inquérito.

O grupo “Outras” é constituído por associações de natureza vária ou por agrupamentos de escolas ou ainda por parcerias múltiplas.

3.6.1 – Quem promove actividades de tempos livres



III – Apoio a projectos de jardins de infância e de escolas do 1.º ciclo (Questão 4)

A questão contempla dois aspectos: as despesas dos municípios com o apoio a projectos e iniciativas dos jardins de infância, das escolas do 1.º ciclo e das escolas básicas integradas (questão 4.1) e a comparticipação da Administração Central com a mesma finalidade, canalizada pela autarquia (questão 4.2).

Os projectos e iniciativas são assim caracterizados:

- projectos educativos dos próprios estabelecimentos;
- programas sócio-educativos do município;
- iniciativas realizadas em conjunto com os estabelecimentos;
- outras iniciativas municipais.

Valores *per capita* dos apoios

O valor *per capita* por concelho foi obtido a partir dos valores globais dos apoios ao conjunto dos diferentes tipos de projectos e iniciativas dos jardins de infância e das escolas do 1.º ciclo, dividindo, respectivamente, pelo número de crianças e de alunos que frequentaram esses estabelecimentos no ano lectivo de 2001-2002.

Os cocientes estão designados no quadro 4.1. como “valor por criança do Pré-escolar” e “valor por aluno do 1.º Ciclo”.

4.1 – Valores mínimos e máximos dos apoios a projectos, por criança do pré-escolar e por aluno do 1.º ciclo (em contos)

Classes	Jardins de Infância		Escolas do 1.º ciclo	
	mínimo	máximo	mínimo	máximo
A	3	9	3	16
B	0,2	50	0,2	51
C	1	34	0,3	10
D	2	82	1	24

O cálculo deste indicador para o ano lectivo de 2001-2002, distinguindo os montantes dos apoios do município por criança do pré-escolar e por aluno do 1.º ciclo, permite avançar na interpretação dos dados recolhidos nesta questão.

De facto, quando os dados sobre o valor global dos apoios são completados com a informação *per capita* ressalta uma tendência nítida para valores superiores no pré-escolar.

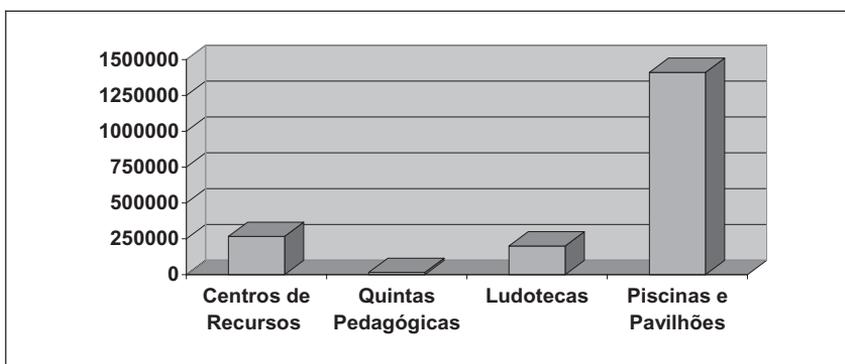
Constata-se que o valor médio do total dos apoios *per capita* para jardins de infância se aproxima do dobro do correspondente valor para o 1.º ciclo (respectivamente 11 e 6 contos).

IV – Equipamentos de apoio (Questão 5)

Pretendeu-se com esta questão obter informação sobre os “valores aplicados pelo município em equipamentos de apoio a estes estabelecimentos de educação e ensino (centros de recursos para professores e/ou alunos, quintas e hortas pedagógicas, ludotecas, piscinas e pavilhões, etc.)”.

O número de respostas é baixo. Em termos de recolha de dados, as respostas dadas pelos 34 municípios que respondem a esta questão, agregadas para o quadriénio (em contos), constam do gráfico 5.1.

5.1 – Valores atribuídos a equipamentos de apoio em quatro anos (em contos)



V – Despesas de funcionamento dos estabelecimentos (Questão 6)

O enunciado desta questão indica como despesas de funcionamento os “consumos de água, gás, electricidade, expediente e limpeza, material de desgaste, telefone, fax, limpeza anual, outros”. Para cada uma destas despesas, o formulário do Inquérito continha uma coluna própria, em muitos casos não preenchida pelos respondentes.

Face às respostas, decidiu-se considerar apenas o total das despesas de funcionamento por tipo de estabelecimento de educação e ensino, sem as especificações enunciadas no formulário. Resultou esta decisão de:

- não existirem respostas completas, em qualquer dos 101 respondentes ao Inquérito, para os quatro anos e para todos os tipos de despesa;

- alguns dos municípios referirem legislação (Lei n.º 23/97, Decreto-Lei n.º 169/99) para justificar a ausência de informação em determinados itens. Por exemplo, “expediente e limpeza” e “material de desgaste” são despesas da competência das Juntas de Freguesia. Pela legislação ou por protocolos, também a “limpeza anual” passou para a responsabilidade de algumas Juntas;

- dizerem outros que certos gastos, apesar de serem despesas assumidas pelas respectivas Câmaras, “são difíceis de especificar”, como nos casos da água, do gás e da electricidade, porque “as facturas da EDP englobam jardins de infância e escolas do 1.º ciclo” ou porque “não há quantificação de custos” nos gastos da água ou por outros motivos.

Para efeitos de análise e de cálculos, considerou-se, assim, para cada um dos quatro anos civis – 1998, 1999, 2000 e 2001 – o total de despesas feitas por cada município nos jardins de infância, nas escolas do 1.º ciclo e nas escolas básicas integradas, sem discriminar os valores por tipo de despesa.

Despesas de funcionamento per capita

Apesar de, em alguns concelhos, as Juntas de Freguesia terem assumido determinadas despesas de funcionamento, o desconhecimento dos protocolos estabelecidos entre Câmaras e Juntas de Freguesia leva a considerar os montantes indicados nos Inquéritos como despesas exclusivamente do Município.

A partir dos totais gerais das despesas concelhias indicadas em jardins de infância e em Escolas do 1.º ciclo, calculou-se a despesa por criança do Pré-escolar e por aluno do 1.º ciclo. Para estes cálculos foram utilizados os montantes gastos pelo Município no *ano civil de 2001* (o último dos enunciados no Inquérito), dividindo-os, respectivamente, pelos *totais de crianças e de alunos do ano lectivo de 2000-2001*.

6.1 – Despesas de funcionamento nos estabelecimentos do Pré-escolar e do 1.º Ciclo *per capita* (em contos)

Concelhos Classe A	Despesa J. infância 2001	Despesa por criança	Despesa 1.º ciclo 2001	Despesa por aluno
203	1 882	38	-	-
401	1 750	21	4 150	18
403	103	2	1 759	7
411	414	4	2339	12
703	7472	61	-	-
815	-	-	1 892	9
909	839	10	1 072	5
1202	1 173	22	1 566	14
1205	270	4	-	-
1408	286	3	561	3
1413	224	1	661	2
1420	1 944	14	1 430	6
1704	-	-	1 207	4
1707	-	-	22 582	76
1812	430	10	983	7

Não aparecem aqui registados os concelhos que, apesar de terem prestado a informação solicitada sobre as despesas realizadas, não inscreveram no inquérito o número de alunos.

6.2 – Despesas de funcionamento nos estabelecimentos do Pré-escolar e do 1.º Ciclo *per capita* (em contos)

Concelhos Classe B	Despesa J. infância 2001	Despesa por criança	Despesa 1.º ciclo 2001	Despesa por aluno
408	1 308	13	8 620	21
410	-	-	1 780	5
412	748	7	4 658	14
508	2 896	23	8 689	26
613	2 354	8	6 073	10
704	1 059	5	2 393	4
711	356	2	2 599	5
714	-	-	1 195	3
901	868	5	1 446	5
1204	1 557	9	3 373	8
1402	1 560	6	3 375	6
1602	3 110	13	1530	2
1608	1 103	4	2 587	4
1709	574	8	4 054	10
1711	2 000	50	2 000	5
1713	559	3	12673	17
1802	-	-	2 824	7
1813	4 103	16	16 827	23
1815	304	1	608	1
1819	972	6	1 424	4
1820	5 350	24	9 290	19

Aproximadamente metade dos concelhos faz uma despesa *per capita* superior com as crianças do Pré-escolar e os restantes com os alunos do 1.º ciclo. Em alguns casos a diferença entre os dois valores é muito elevada.

6.3 – Despesas de funcionamento nos estabelecimentos do Pré-escolar e do 1.º Ciclo *per capita* (em contos)

Concelhos Classe C	Despesa J. infância 2001	Despesa por criança	Despesa 1.º ciclo 2001	Despesa por aluno
114	-	-	9 154	9
116	2 626	6	14 460	11
211	1 359	3	3 462	4
602	-	-	5 129	4
806	4 226	14	19 784	23
912	29 063	79	46 731	39
1302	-	-	5 587	4
1405	2 395	8	2 630	2
1703	-	-	32 192	19
1712	2130	11	2 270	3
1803	6 799	19	7 233	8
1804	1 107	3	4 007	3
1806	3 698	10	6 441	7

Algumas das despesas *per capita* levantam dúvidas quanto ao seu rigor.

6.4 – Despesas de funcionamento nos estabelecimentos do Pré-escolar e do 1.º Ciclo *per capita* (em contos)

Concelhos Classe D	Despesa J. infância 2001	Despesa por criança	Despesa 1.º ciclo 2001	Despesa por aluno
101	505	1	5 868	3
107	6 612	11	10 783	6
302	7 893	3	14 418	2
308	1 261	1	30 099	3

(continua)

313	32 742	29	-	-
603	2351	4	37 140	7
805	640	6	11 803	5
811	14 467	21	22 036	12
1107	612	0,5	2 609	0,3
1116	6 982	11	38 409	7
1308	51 904	58	-	-
1310	5 664	4	-	-
1312	-	-	69 220	7
1313	3 974	9	10 489	3
1508	12 953	74	-	-
1511	230	2	3 800	3
1607	-	-	216	0,1

Apesar da disparidade dos valores *per capita*, a tendência, nesta classe D, é para a superioridade da despesa nos jardins de infância.

6.5 – Despesas municipais de funcionamento *per capita*
Valores mínimos e máximos (em contos)

Classes	Jardins de Infância		Escolas do 1.º ciclo	
	Valores mínimos	Valores máximos	Valores mínimos	Valores máximos
A	1	61	2	76
B	1	50	1	26
C	3	79	2	39
D	0,5	74	0,1	12

As comparações entre estabelecimentos do mesmo concelho são possíveis mas não permitem ilações generalizáveis. O quadro acima mostra, porém, que as despesas médias de funcionamento variam mais significativamente entre o Pré-escolar e o 1.º Ciclo do que entre classes de concelhos.

VI – Despesas com Material Didáctico (Questão 7)

Esta questão está formulada no Inquérito do seguinte modo: “Despesas com fornecimento de material didáctico às escolas (jogos, livros, mapas, caixas métricas, equipamentos diversos) em contos”.

São pedidos os montantes gastos nos anos civis de 1998, 1999, 2000 e 2001 e o total resultante, para jardins de infância, escolas do 1.º ciclo, escolas básicas integradas e para o total dos estabelecimentos.

Verifica-se que 72 concelhos responderam à questão mas alguns não fornecem todos os valores solicitados, tanto em relação aos vários anos como em relação aos estabelecimentos escolares.

Despesas com Material Didáctico por criança/aluno

O cálculo foi feito em duas fases. Numa primeira fase foi calculada a despesa por criança /aluno realizada no período 1998 a 2001, por tipo de estabelecimento, quando possível, e para o total dos estabelecimentos. Numa segunda fase foram seleccionados os concelhos (18) que apresentaram dados para os quatro anos e informação sobre a frequência e, para esses, foi calculada a despesa *per capita* por ano. Esta regista-se no quadro 7.1.

7.1 – Despesas com Material Didático (em contos)

Classe	Concelho	No período 1998 a 2001 por criança/aluno				Despesa <i>per capita</i> / por ano		
		J. Infância	1.º Ciclo	EBI	Total	J. Infância	1.º Ciclo	Total
A	708			49,4	49,4			
D	811				30,0			
D	1507				21,2			
D	705	100,7	10,2		20,6	25,2	2,6	5,1
A	815	27,6	14,9		18,7			
D	603	10,8	19,2		18,2	2,7	4,8	4,5
D	302	35,3	11,4		17,2	8,8	2,8	4,3
A	802				16,8			
A	1202	25,4	12,8		16,3	6,3	3,2	4,1
A	411	42,0	0,0		14,7			
C	912	15,5	13,3		13,9			
D	101	30,1	9,2		12,9	7,5	2,3	3,2
B	901	24,9	5,7		12,4			
A	608				11,9			
A	1707	13,2	10,1		10,7	3,3	2,5	2,7
D	1312				10,0			
B	1820	10,7	9,2		9,7			
B	1802	0,0	16,6		9,4			
D	1607				9,0			
B	1402	10,0	7,9		8,6	2,5	2,0	2,1
B	1204	2,2	10,5		8,1			
C	1405	6,1	8,7		8,0	1,5	2,2	2,0
D	1511	33,6	6,8		7,6	8,4	1,7	1,9
A	1408	13,5	3,4		7,6			
B	1815	6,4	8,2		7,5	1,6	2,1	1,9
C	211	7,3	7,5		7,5			
D	1107	10,0	6,8	6,7	7,3			

Classe	Concelho	No período 1998 a 2001 por criança/aluno				Despesa <i>per capita</i> / por ano		
		J. Infância	1.º Ciclo	EBI	Total	J. Infância	1.º Ciclo	Total
C	1703				7,2			
B	1809	14,9	3,9		7,2			
D	805	5,5	7,1		7,0			
C	102	0,0	0,0		7,0			
A	703				7,0			
B	704	23,8	0,0		6,9			
A	1812	7,4	6,2		6,5	1,9	1,6	1,6
B	613	14,3	0,2		5,1			
D	1313	9,0	3,9		4,6	2,2	1,0	1,1
A	1205	6,8	3,5		4,5	1,7	0,9	1,1
D	1106				4,5			
C	1302		0,2		4,3			
D	1116	8,7	3,4		4,1			
B	408	12,8	1,7		4,1			
A	1413	0,7	5,6		3,6			
B	412	1,9	4,0		3,5			
C	602	0,0	0,0		3,4			
A	908	2,8	3,8		3,4			
B	1813	3,3	3,3		3,3			
A	909	13,0	0,0		3,1			
D	1508				3,1			
D	1421				3,0			
D	313	0,0	4,3		3,0			
B	410	0,0	3,8		2,7			
B	1811	7,9	0,1		2,6			
B	508	4,0	2,0		2,5	1,0	0,5	0,6
D	306	0,0	0,0		2,5			
A	701				2,5			
A	403	1,6	2,7		2,5			

Classe	Concelho	No período 1998 a 2001 por criança/aluno			Despesa <i>per capita</i> / por ano		
		J. Infância	1.º Ciclo	EBI Total	J. Infância	1.º Ciclo	Total
C	806	1,6	2,7	2,4	0,4	0,7	0,6
D	1310	7,3	1,1	2,3	1,8	0,3	0,6
C	1806	5,4	0,9	2,2	1,3	0,2	0,6
A	1420	2,0	2,1	2,1			
C	114	8,3	0,5	2,0			
A	1704	6,7	0,0	2,0			
B	1608	2,9	1,5	1,9			
D	1308	9,2	0,2	1,5			
C	116	2,1	1,2	1,4	0,5	0,3	0,4
B	1709	7,6	0,0	1,4			
B	1711	3,4	0,5	0,8			
C	1712	1,5	0,0	0,4			
C	111	0,5	0,2	0,3			
C	1803	0,3	0,1	0,1			
C	1804	0,0	0,1	0,1			

Deve assinalar-se que dos 16 concelhos que apresentam uma despesa total para o quadriénio igual ou superior a 10 contos por criança/aluno, sete pertencem à classe D e sete à classe A.

Os valores da despesa total *per capita*/por ano variam entre 0,4 e 5,1 contos. O valor médio para estes 18 concelhos é de 2,1 contos.

A comparação entre os valores calculados por tipo de estabelecimento (jardins de infância e escolas do 1.º ciclo) aponta para despesas, em média, mais elevadas no pré-escolar. De facto, a análise dos resultados apurados para os 18 concelhos com dados completos conduz a um valor médio da despesa de 4,4 contos para o pré-escolar e 1,6 para o 1.º ciclo.

Globalmente estes resultados parecem merecer ponderação em dois aspectos: o reduzido valor encontrado para a despesa *per capita* e a especial atenção dada ao pré-escolar.

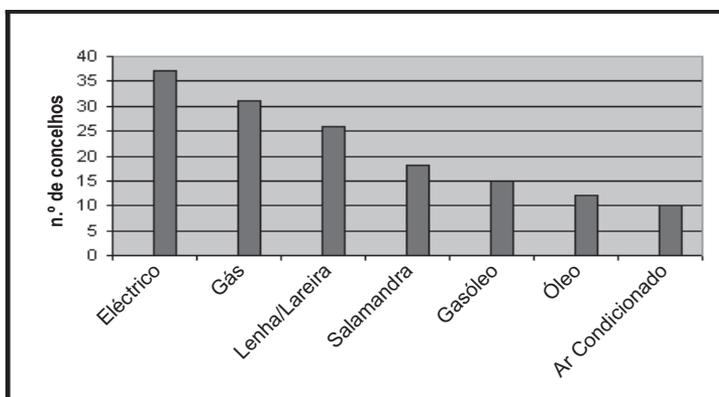
VII – Conforto (Questão 8)

A área do conforto está, no Inquérito, circunscrita ao aquecimento. Em cada concelho, os estabelecimentos de ensino, quando dispõem de equipamentos para aquecimento, esses equipamentos são caracterizados por uma grande diversidade. Verifica-se que nem sempre é fácil, por esse motivo, responder com rigor às alíneas desta pergunta.

À pergunta – “Há aquecimento?” – responderam 96 municípios, dos quais 94 dizem “Sim”. Os 2 que respondem “Não” são o concelho 204 e o 815, ambos da classe A.

A pergunta seguinte refere-se ao “tipo” de aquecimento. Sendo uma pergunta aberta, dificilmente se consegue um tratamento rigoroso uma vez que o “tipo” aponta, em algumas respostas, para a espécie de energia, noutras significa o modelo de aparelhos e noutras ainda confundem-se estes dois aspectos envolvidos na questão.

8.1 – Tipo de aquecimento



Finalmente, pergunta-se se o aquecimento que existe nas escolas é suficiente para o “conforto” que titula a questão.

Respondem 82 municípios, dos quais 59 dizem “Sim”.

A dimensão dos concelhos não parece ter influência no conforto, ao menos no aspecto de aquecimento. De acordo com os dados fornecidos pelas Câmaras Municipais, entre os concelhos da classe A e os da classe D registam-se diferenças pouco significativas.

VIII – Tecnologias da informação e comunicação (Questão 9)

Esta questão subdivide-se em três perguntas, sendo a primeira relacionada com as despesas municipais no fornecimento de meios aos estabelecimentos escolares, a segunda sobre as despesas da Administração central veiculadas pelas autarquias para os mesmos fins e a terceira mais orientada para a existência de PC nas escolas e o acesso dos alunos à Internet. As duas primeiras referem despesas de quatro anos, entre 1998 e 2001, enquanto a última não considera expressamente qualquer período de tempo.

Despesas dos Municípios e comparticipação da Administração Central

O tratamento dos valores destas duas questões foi feito em conjunto, num processo comparativo das duas fontes de fornecimento de TIC aos estabelecimentos escolares da rede pública.

Distribuição da despesa global realizada por tipo de estabelecimento

A despesa realizada pelo conjunto dos municípios respondentes (Questão 9.1) e pela Administração Central (Questão 9.2) com fornecimento de tecnologias de informação e comunicação pode ser apresentada na perspectiva da sua distribuição por estabelecimentos escolares de vários níveis.

Para o período de 1998 a 2001, a distribuição das verbas por jardins de infância e por escolas do 1.º ciclo está expressa no quadro seguinte, a par das percentagens respectivas relativamente ao total das despesas.

9.1 – Distribuição da despesa com TIC por tipo de estabelecimento, no período de 1998 a 2001 (em contos)

Despesas Municipal (questão 9.1)				Comparticipação da Administração Central (questão 9.2)				
	Jardins de Infância	1.º Ciclo	EBI	TOTAL	Jardins de Infância	1.º Ciclo	EBI	TOTAL
TOTAL	25 235	248 477	0	286 384*	146 619	246 561	0	467 305**
	8,8	86,8	0	100,00	31,4	52,8	0	100,00

* O concelho 306 responde apenas ao total de 9.1.

** Os concelhos 102, 608 e 811 respondem apenas ao total de 9.2.

Em relação à questão 9.1 verifica-se que a despesa dos municípios incide claramente no 1.º ciclo.

Relativamente à questão 9.2 verifica-se que a contribuição da Administração central é superior à despesa realizada pelo conjunto destes concelhos. A distribuição das verbas por jardins de infância e por escolas do 1.º ciclo é, neste caso, mais equilibrada.

Do total de respondentes à questão 9.1 – despesas municipais com TIC – apenas 8 concelhos declaram despesas com jardins de infância: três da classe A, dois da classe B, um da classe C e dois da classe D.

Para calcular o valor da despesa por criança do Pré-escolar, foram utilizados os totais das despesas da Câmara e da Administração central, de

1998 a 2001, e o total de crianças em cada concelho no ano lectivo mais próximo daquele período – 2000-2001.

9.2 – Despesas municipais e comparticipação da Administração central, de 1998 a 2001, em jardins de infância, *per capita* (em contos)

Classes	Conc.	Despesa da Câmara	Despesa Admin. Central	Despesa total	Despesa por criança
A	406	3 000	-	3 000	-
A	507	873	-	873	10,8
A	815	13 215	8 158	21 373	213,7
A	909	-	490	490	5,6
A	1205	-	6 166	6 166	92,0
A	1413	-	14 872	14 872	88,5
B	408	-	29 544	29 544	289,6
B	613	1 573	786	2 359	7,8
B	1819	1 051	-	1 051	6,7
C	1806	254	-	254	0,7
D	313	4 949	-	4 949	4,4
D	811	320	-	320	0,5
D	1107	-	77 903	77 903	62,6
D	1312	-	8 700	8 700	4,7

9.3 – Despesas municipais e comparticipação da Administração Central, de 1998 a 2001, em escolas do 1.º Ciclo, *per capita* (em contos)

Classes	Conc.	Despesa Câmara	Despesa da Adm. Central	Despesa total	Despesa por aluno
A	403	2 142	8 566	10 708	39,8
A	406	8 000	-	8 000	-
A	507	848	-	848	4,0
A	608	1 154	-	1 154	-
A	815	30 353	6 233	36 586	181,1
A	1420	3 139	-	3 139	13,8
A	1704	642	1 926	2 568	8,7
A	1707	7 695	5 771	13 466	43,6
A	1812	769	2 308	3 077	21,1
B					
B	408	929	-	929	2,2
B	410	620	2 480	3 100	9,1
B	704	889	2 667	3 556	6,3
B	711	714	2 856	3 570	7,2
B	1402	1 500	38 000	39 500	67,9
B	1608	1 054	-	1 054	1,7
B	1709	1 687	-	1 687	4,2
B	1802	1 760	-	1 760	4,6
B	1815	1 300	3 900	5 200	11,9
B	1819	7 923	-	7 923	22,4
B	1820	1 600	4 568	6 168	12,5
C					
C	108	1 168	3 504	4 672	3,4
C	211	3 375	10 125	13 500	14,1
C	602	1 286	-	1 286	0,9
C	806	5 715	3 187	8 902	10,2
C	1712	3 000	-	3 000	3,9
C	1804	3 270	-	3 270	2,6

(continua)

C	1805	7 558	-	7 558	5,7
D	101	4 136	-	4 136	1,7
D	308	15 347	18 743	34 090	3,7
D	313	14 018	-	14 018	4,9
D	603	24 368	18 276	42 644	8,2
D	705	6 945	5 208	12 153	5,6
D	811	3 851	-	3 851	2,0
D	1106	23 259	21 411	44 670	2,8
D	1107	3 975	-	3 975	0,5
D	1116	2 011	6 035	8 046	1,5
D	1310	3 764	11 292	15 056	3,1
D	1311	5 257	15 771	16 028	3,4
D	1312	7 804	-	7 804	0,8
D	1313	2 605	7 805	10 410	2,8
D	1421	5 209	20 835	26 044	11,7
D	1507	4 040	-	4 040	-
D	1511	1 100	3 300	4 400	3,1
D	1607	17 378	13 033	30 411	12,7

Para este cálculo da despesa por aluno, foi utilizado o total de alunos do 1.º ciclo, em escolas do 1.º ciclo, no ano lectivo de 2000-2001.

O investimento, por parte das Câmaras, foi feito em 44 concelhos: nove da classe A, onze da classe B, sete da classe C e dezassete da classe D.

Da comparticipação da Administração central beneficiaram escolas do 1.º ciclo de 25 concelhos: cinco da classe A, seis da classe B, três da classe C e onze da classe D.

Em cada concelho, as escolas do 1.º ciclo são normalmente mais numerosas e mais populosas do que os jardins de infância. Os investimentos em tecnologias de informação e comunicação verificam-se em maior número de concelhos mais no 1.º ciclo do que no Pré-escolar.

Os montantes *per capita* variam entre 173,4 contos e 0,5 contos. As despesas mais elevadas por aluno são feitas exactamente por concelhos das classes A e B.

Quanto a escolas básicas integradas, não foi registada nos inquéritos qualquer quantia para este fim, tanto da parte das autarquias como da dos órgãos centrais.

IX – Despesas com a Alfabetização (Questão 11)

O quadro de recolha dos dados mostra que 36 Câmaras respondem a esta questão mas, destas, apenas 27 fornecem a informação completa para os quatro anos, de 1998 a 2001.

Entre os 27 concelhos, quatro pertencem à classe A, nove à classe B, seis à classe C e oito à classe D.

Não dão quaisquer dados sobre a Alfabetização 65 municípios.

Total das despesas com a Alfabetização

No total dos quatro anos, as despesas com a Alfabetização podem ser consideradas relativamente baixas na quase totalidade dos concelhos que deram toda a informação solicitada (27):

Despesas	N.º de concelhos
≤ 1 000 contos	7
> 1 000 a ≤ 3 000 contos	13
> 3 000 a ≤ 5 000 contos	5
> 5 000 contos	2

Despesa média anual

O cálculo da despesa média anual com Alfabetização permite confrontar os 36 concelhos respondentes que se apresentam em seguida, por ordem decrescente dos respectivos valores médios.

Quadro 11.1 – Despesas com Alfabetização

Concelhos	(Código)	Classe	Despesa média anual (em contos)
Sesimbra	(1511)	D	2 374
Lagoa	(806)	C	2 102
Espinho	(107)	D	1 922
Peso da Régua	(1708)	C	1 174
Esposende	(306)	D	1 000
Aveiro	(105)	D	1 000
Ponte de Lima	(1607)	D	954
Vila Flor	(410)	B	920
S. João da Madeira	(116)	C	880
Ribeira de Pena	(1709)	B	858
Estremoz	(704)	B	704
Vimioso	(411)	A	700
Estarreja	(108)	C	675
V. Nova de Foz Côa	(914)	B	660
Évora	(705)	D	614
Tabuaço	(1819)	B	575
Meda	(909)	A	525
Portimão	(811)	D	503
Palmela	(1508)	D	500
Vila Verde	(313)	D	480
Oliveira do Bairro	(114)	C	467
Sernancelhe	(1818)	A	416
Murça	(1707)	A	365
Cinfães	(1804)	C	365
Penacova	(613)	B	304
S. João Pesqueira	(1815)	B	300
Valpaços	(1712)	C	225
Mealhada	(111)	C	205
Carregal do Sal	(1802)	B	200
Borba	(703)	A	194
Aguiar da Beira	(901)	B	173
Póvoa de Varzim	(1313)	D	163
S. Marta Penaguião	(1711)	B	155
Chaves	(1703)	C	152
Vila do Bispo	(815)	A	129
V. Nova Barquinha	(1420)	A	30

Em conclusão:

- Os montantes gastos em alfabetização sobem, de 1998 para 2001, em 12 dos concelhos.
- Constata-se que os valores são consideravelmente baixos na quase totalidade dos concelhos respondentes.
- É de notar que grandes cidades, como Lisboa, Porto ou Coimbra, não responderam.
- 27 concelhos que forneceram toda a informação; 10 concelhos dizem ter gasto menos no último ano em comparação com a despesa de 1998 e 5 mantêm o mesmo valor dos encargos no início e no final do período em causa.
- Na lógica do Inquérito, as despesas com Alfabetização são atribuídas ao município. Fica, porém, uma interrogação acerca das competências das Juntas de Freguesia nesta área. A quem competem as despesas com a Alfabetização?

X – Acção Social Escolar (Questão 12)

A Acção Social Escolar abrange diversas modalidades de apoio socioeducativo e estabelece o enquadramento para o apoio logístico e financeiro que compete aos municípios disponibilizar junto dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

De facto, a criação e gestão de refeitórios escolares, o alojamento em agregado familiar, o auxílio económico e a atribuição de subsídios para a aquisição de livros e material escolar a alunos carenciados são da competência das Câmaras Municipais desde 1984, com a publicação do Decreto-Lei n.º 399-A, de 28 de Dezembro.

Neste inquérito, a questão sobre Acção Social Escolar abrange apenas a modalidade de apoio alimentar (suplementos alimentares e refeições) e os subsídios para manuais escolares.

Os apoios são avaliados anualmente e o valor dos subsídios é estabelecido de acordo com um Despacho Ministerial, publicado em Diário da República, que “regula as condições de aplicação das medidas de acção social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação, nas modalidades de apoio alimentar, alojamento e auxílios económicos, destinadas aos alunos do ensino básico e secundário que frequentam escolas públicas e escolas particulares ou cooperativas em regime de contrato de associação”.

Os alunos são apoiados em função da capitação do agregado familiar, correspondendo o subsídio a 50% ou a 100% do custo da refeição conforme o grau de carência. A candidatura é apresentada no acto de matrícula e enviada à autarquia pela própria escola.

Quanto aos estabelecimentos de educação pré-escolar, deve mencionar-se que, na sequência da aplicação da Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho, o Governo e a Associação Nacional dos municípios Portugueses celebraram um protocolo acerca da participação das autarquias locais no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar. A actualização de alguns pontos desse protocolo, que se tem verificado a partir do ano lectivo de 2000/2001, abrange o valor do apoio à família relativamente ao fornecimento de refeições às crianças.

É neste contexto que a Questão 12 foi formulada, tendo por objectivo:

- proceder ao apuramento da despesa com a Acção Social Escolar realizada nos jardins de infância, nas escolas do 1.º ciclo e nas escolas Básicas Integradas no período de 1998 a 2001, discriminando os vários tipos de apoio compreendidos na A.S.E.: encargos com suplemento alimentar, outros encargos com refeições e despesas com manuais escolares;

- apurar a despesa por "aluno apoiado" em cada uma destas áreas.

12.1 – Modalidades de apoio por concelho e tipo de estabelecimento

Tipo de Apoio	Total de Concelhos	Jardins de Infância	1.º Ciclo	EBI
Suplemento alimentar	32	22 (11)	24 (18)	3 (1)
Refeições	46	33 (17)	33 (20)	2 (2)
Manuais	50	10 (6)	46 (32)	4 (0)

Nota: Indica-se entre parênteses o número de municípios que apresentam resultados para os 4 anos.

No que se refere ao apuramento da despesa por aluno apoiado a situação é muito menos favorável: o número de concelhos que responderam a essa parte da questão é reduzido (cerca de 10% do total de respondentes) e os valores apresentados suscitam muitas dúvidas quando se tenta uma interpretação coerente com os valores da despesa apresentados para os vários anos do quadriénio.

Despesas com Acção Social Escolar

Numa primeira fase da avaliação da despesa total com ASE, apurou-se a evolução da despesa, no período em análise, por tipo de estabelecimento, comparando a despesa realizada nos jardins de infância e/ou nas escolas do 1.º Ciclo, nos anos de 1998 e de 2001, para os concelhos que disponibilizaram dados para os extremos desse período.

Despesa média anual

Nesta questão, como em muitas outras, os resultados do inquérito podem conduzir a interpretações incorrectas uma vez que é impossível averiguar se uma ausência de resposta significa a não realização da despesa ou o desconhecimento dos dados.

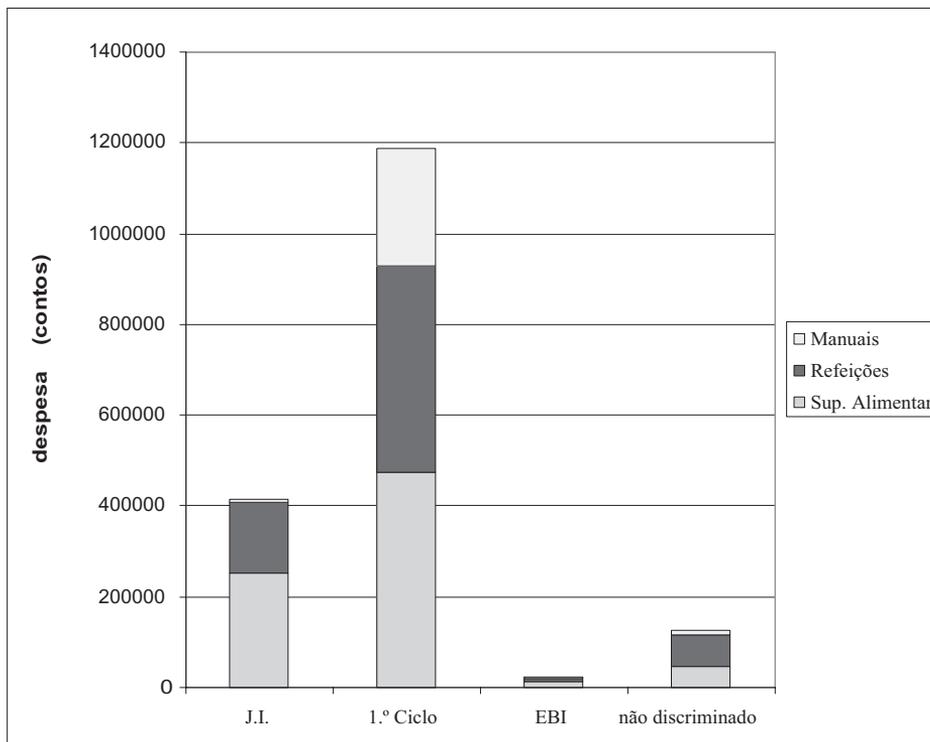
Tendo em conta as características da despesa em Acção Social Escolar, pareceu indicado proceder ao cálculo da despesa média anual para o período 1998/2001. No entanto, foi necessário ponderar as limitações

introduzidas pela irregularidade de preenchimento que se verifica em relação aos vários itens da questão e também em relação aos vários anos cobertos pelo inquérito, situação que a síntese das respostas dos concelhos torna evidente.

Assim, para cada concelho foi calculada a despesa média anual para este período, considerando apenas os anos para os quais foram expressos valores da despesa. Os resultados obtidos para cada tipo de estabelecimento e em relação a cada tipo de apoio foram adicionados para obter subtotais e depois o total.

A distribuição da despesa média total por tipo de apoio para jardins de infância, escolas do 1.º ciclo e escolas básicas integradas está representada no gráfico 12.1. A distribuição percentual por tipo de apoio consta do gráfico 12.2 e a distribuição percentual por tipo de estabelecimento do gráfico 12.3.

12.1 – Acção Social Escolar Distribuição da despesa média anual (1998-2001)



As parcelas correspondentes ao suplemento alimentar totalizam um valor que excede ligeiramente o total atribuído aos encargos com as refeições. As despesas com os manuais totalizam valores bastante inferiores e incidem quase exclusivamente no 1.º ciclo.

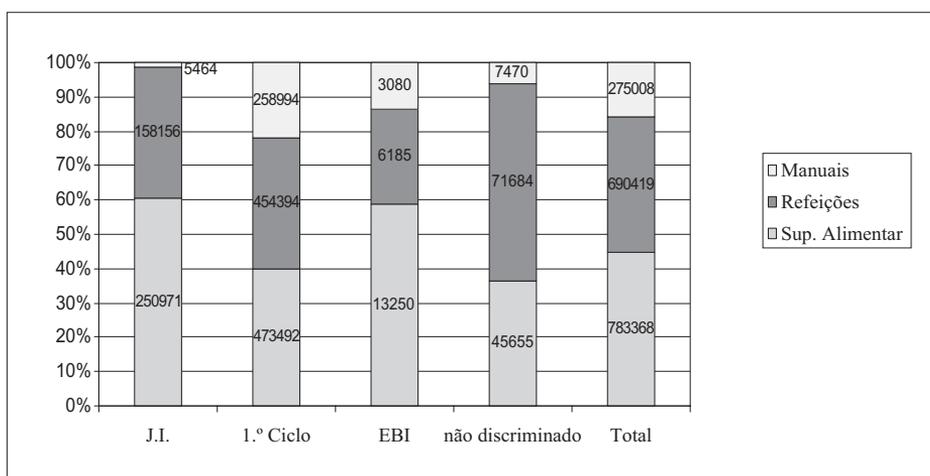
A distribuição percentual por tipo de apoio que se apresenta no gráfico seguinte contribui para explicitar este tipo de comparações.

Assim, verifica-se que o suplemento alimentar e as refeições contribuem com cerca de 84% para os encargos totais e os manuais apenas com 16%. Nos jardins de infância predominam os encargos com o suplemento alimentar (61) e no 1.º ciclo as parcelas correspondentes ao

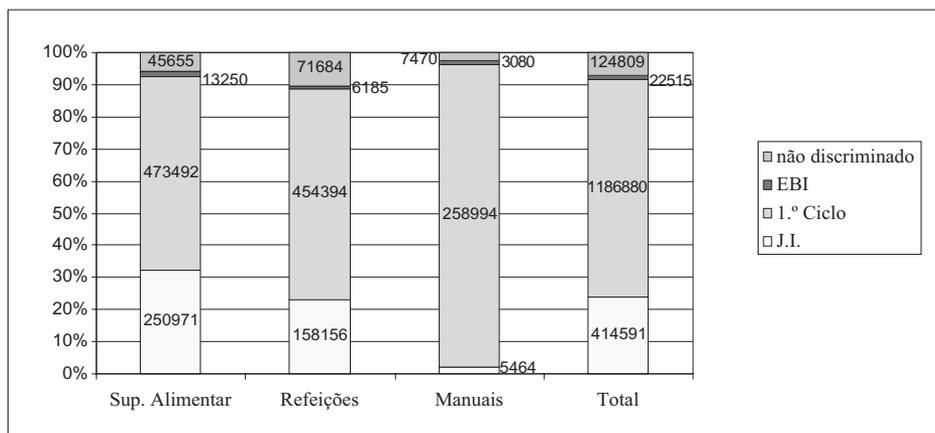
suplemento alimentar (40%) e às refeições (38%) são muito semelhantes, enquanto os encargos com os manuais representam cerca de metade (22%).

A distribuição percentual por tipo de estabelecimento para cada tipo de apoio interessa sobretudo para realçar o predomínio do 1.º ciclo (cerca de 68% do total da despesa, com uma parcela significativa não discriminada).

12.2 – Distribuição percentual da despesa média por tipo de apoio



12.3 – Distribuição percentual da despesa média por tipo de estabelecimento



XI – Serviços de refeições (Questão 13)

A pergunta sobre “Serviços de refeições” em jardins de infância, escolas do 1.º ciclo e escolas básicas integradas divide-se em quatro subquestões. Em todas elas, no formulário, não se faz referência a qualquer data ou período, pelo que se entende que os valores indicados nas respostas são relativos ao ano lectivo de 2002-2003.

À pergunta 13.1 – “Em quantos estabelecimentos existe serviço de refeições?” – responderam, na totalidade ou em parte, 83 concelhos (18 sem resposta). Pede-se também a percentagem de estabelecimentos em que esse serviço existe e aí aumenta o número dos concelhos que não prestam informação.

Na pergunta 13.2 – “Número de situações diferentes de serviço de refeições existente nos estabelecimentos” – o próprio formulário tipifica cinco alternativas para opção do respondente. Dado que podem existir respostas múltiplas, tendo respondido 73 concelhos (28 não responderam), o total de respostas é portanto muito superior.

A terceira parte da questão – 13.3 – refere os diversos aspectos associados ao controlo do serviço de refeições. São 47 os concelhos que respondem (54 sem resposta).

Finalmente, na pergunta 13.4, pede-se o número de estabelecimentos em que é feita assistência às refeições e a indicação de quem a faz. O número de respondentes é de 75, havendo casos de várias respostas para o mesmo concelho e 26 sem resposta.

Total de estabelecimentos com serviço de refeições

Na pergunta “em quantos estabelecimentos existe” serviço de refeições, as respostas vêm referidas ao tipo de estabelecimento. No caso dos jardins de infância, respondem 77 concelhos e, no caso das escolas do 1.º ciclo, há 65 respostas. Quanto às escolas básicas integradas, contam-se 19 respostas, mas o tratamento tem de ser casuístico dado que alguns municípios entendem como EBI simples agrupamentos de escolas.

O número total de estabelecimentos nos quais existe serviço de refeições é de 1712, de acordo com as respostas ao inquérito, sendo 878 jardins de infância, 820 escolas do 1.º ciclo e 14 escolas básicas integradas (uma vez corrigido o respectivo número).

Para além do número de estabelecimentos com serviço de refeições, é pedida também no inquérito a percentagem estimada em relação ao total de estabelecimentos – apenas 62 concelhos fornecem essa informação relativamente a jardins de infância, 50 relativamente a escolas do 1.º ciclo e 14 no caso das escolas básicas integradas (podem ver-se todas as percentagens nos quadros da recolha de dados).

13.1 – Percentagem de estabelecimentos com serviço de refeições

	Jardins de Infância	Escolas 1.º ciclo
100%	27	6
> 50% a 99%	16	15
50%	5	4
< 50%	14	25
	(62)	(50)

Situações diferentes de serviço de refeições

Pede-se nesta questão o número e a percentagem das diferentes situações de serviço de refeições existentes nos estabelecimentos escolares.

Os estabelecimentos escolares são “os referidos em 13.1”, sem se distinguir aqui os jardins de infância das escolas do 1.º ciclo e das escolas básicas integradas.

Foram recebidas respostas de 73 concelhos, o que significa haver 10 concelhos que responderam a 13.1 e não respondem a 13.2.

Considerando o conjunto dos estabelecimentos escolares, a situação que se verifica em maior número de é a de “refeitórios com confeção própria”. É também considerável o número de situações não explicitadas que aparecem sob a designação “outras”.

Tipos de controlo

O controlo nos serviços de refeições, de acordo com a formulação da pergunta, pode revestir diversos aspectos: “dietético”, “de qualidade de alimentação” e “de higiene por quem confecciona”. Pergunta-se em quantos

estabelecimentos existe controlo dos aspectos enunciados e, de acordo com as respostas de 46 concelhos, verifica-se que o controlo exercido é variável.

13.2 – Controlo dos serviços de refeição

Tipo de controlo	Número de concelhos	Número de estabelecimentos
Dietético	27	432
De qualidade de alimentação	38	579
De higiene de quem confecciona	44	817

De acordo com as respostas, 23 concelhos afirmam existir os três tipos de controlo nos serviços de refeições dos seus estabelecimentos.

Assistência à refeição

Pergunta-se em quantos estabelecimentos é levada a efeito a assistência e por quem. Das respostas de 75 concelhos, constata-se que a assistência à refeição pode ser prestada por grupos diversos e, em alguns estabelecimentos, por mais de um dos grupos referidos na pergunta. Só é possível, porém, analisar o que se passa ao nível do concelho e não do estabelecimento.

É solicitada também, a par do número de estabelecimentos escolares, a percentagem respectiva.

13.3 – Concelhos e estabelecimentos em que se verifica assistência à refeição

Assistência à refeição	Número de concelhos	Número de estabelecimentos
Auxiliares	68	1120
Professores	22	188
Pais	2	11
Outros	25	519

O tipo de assistência às refeições nos estabelecimentos escolares terá alguma relação com as classes a que pertencem os concelhos que respondem à questão?

13.4 – Assistência às refeições por classe de concelho

Classes	Auxiliares	Professores	Pais	Outros	Total de estabelec.
A	75	8	0	28	126
B	174	50	0	22	190
C	226	49	0	103	382
D	645	81	11	366	1014

Constata-se que predominam os auxiliares na “assistência à refeição” dos alunos. Os pais são referidos apenas em dois concelhos.

Estranha-se o relativamente elevado número de estabelecimentos onde a referida assistência é exercida por “outros”, não identificados na maioria dos casos. Há, contudo, sete municípios que os identificam:

- assistentes da acção educativa;
- animadoras;
- pessoal afecto à autarquia;
- empresa que confecciona as refeições;
- empresas adjudicatárias;
- trabalhadores subsidiados, colocados ao abrigo da Portaria n.º 192/96, de 30 de Maio;
- IPSS.

XII – Transportes escolares (Questão 14)

Os transportes escolares constituem parte das despesas das autarquias – Câmaras municipais e Juntas de freguesia – no âmbito da educação. Este tipo de despesa oscila não só com o número de alunos mas também com a distância a que ficam as escolas e com o tipo de viaturas utilizadas. No total das despesas dos municípios estão incluídos os encargos com transporte de alunos portadores de deficiência e, por isso, “impossibilitados de se deslocar em carreira pública”.

Total das despesas municipais com transportes

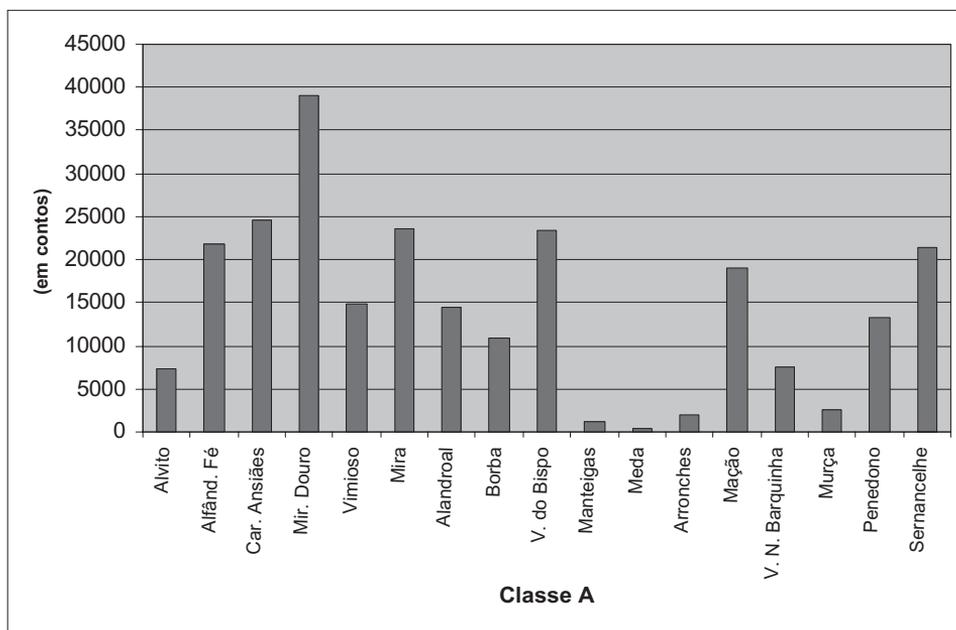
Apesar de haver faltas na informação solicitada para se poder comparar com rigor os totais do período em referência, foram estabelecidos escalões onde se inscreveram o número de concelhos e os respectivos encargos ano a ano, a partir das respostas recebidas.

14.1 – Número de concelhos por escalões de despesas (em contos)

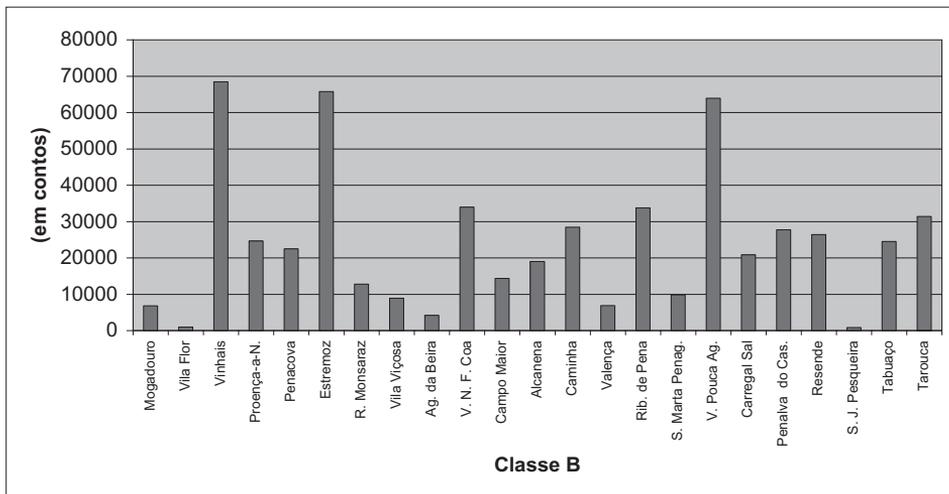
Escalões	Anos			
	1998	1999	2000	2001
a ≤10 000	11	11	14	15
b >10 000 a ≤20 000	12	13	12	10
c >20 000 a ≤50 000	28	24	27	31
d >50 000 a ≤100 000	15	16	15	14
e >100 000 a ≤150 000	4	3	5	4
f >150 000	2	4	4	4
	(72)	(71)	(77)	(78)

Constata-se que não são muito significativas as diferenças de ano para ano entre os concelhos que responderam à questão. Por outro lado, verifica-se que a maioria dos que responderam se situa no escalão de 20 000 a 50 000 contos gastos pelas Câmaras municipais com transportes escolares, em cada ano.

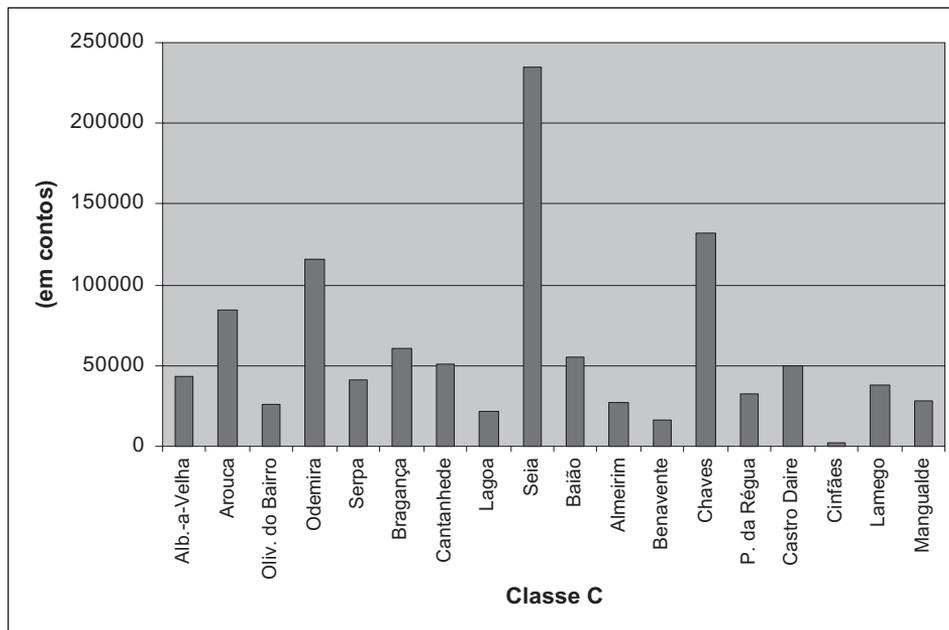
14.2 – Transportes – despesa média anual – 1998-2001



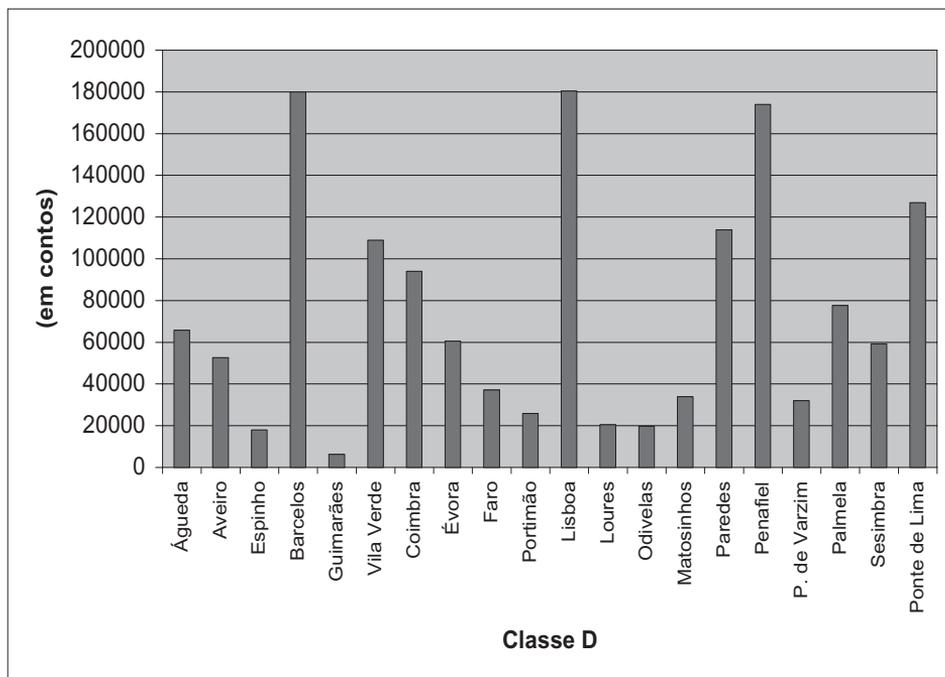
14.3 – Transportes – despesa média anual – 1998-2001



14.4 – Transportes – despesa média anual – 1998-2001



14.5 – Transportes – despesa média anual – 1998-2001



Inexistência de transportes escolares

“Quantas crianças, necessitando de transporte para a escola, não o têm assegurado pelo município, ou juntas de freguesia ou pelas famílias ou outras instituições?” Esta é a pergunta do Inquérito.

Apenas 3 concelhos respondem:

- Miranda do Douro (classe A) – 150 crianças;
- Benavente (classe C) – 70 crianças;
- Albufeira (classe D) – 5 crianças.

No entanto, não fornecem qualquer informação que permita explicar estas situações, embora, nas outras alíneas, os mesmos concelhos dêem indicações sobre transportes escolares.

Meios de transporte escolares

Apenas 17 concelhos não respondem a pelo menos uma das alíneas desta questão, omitindo, assim, qualquer informação acerca do transporte dos alunos.

A pergunta foi formulada nestes termos:

“O município dispõe de meios de transporte próprios para o efeito?
Recorre a transporte contratado apenas?
Recorre aos dois tipos de soluções?”

Esta formulação introduz de imediato uma dúvida porque as três alíneas não são mutuamente exclusivas. Esta situação dificulta muito a análise das respostas e invalida o seu tratamento separadamente. De facto, a tentativa de tratar os dados por essa via não resultou.

Assim, verificada a situação em relação aos 84 concelhos que responderam, no todo ou em parte, a esta pergunta, constata-se que existe uma diversidade de combinações nas respostas – *Sim; Não; Sem resposta* – a cada uma das três alíneas. Encontram-se 12 combinações, das quais 3 incoerentes.

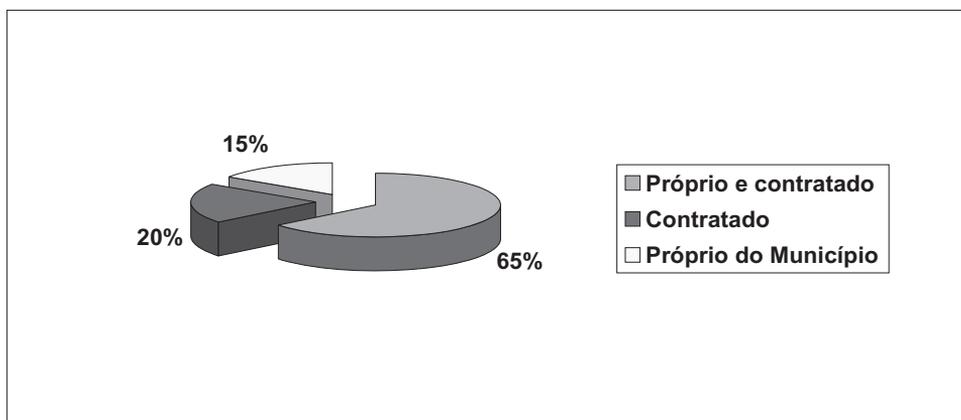
Nestas condições, optou-se por apurar o número de concelhos com os dois tipos de soluções, o número de concelhos só com transporte contratado e, por diferença, o número de concelhos só com transporte próprio. Note-se, porém, que este é um dos tratamentos possíveis para ultrapassar a dificuldade criada pela formulação da pergunta.

Os resultados são apresentados no quadro e gráfico seguintes:

14.6 – Quem fornece os transportes escolares

Classes	Artigo I. Próprio e contratado	Contratado	Artigo II. Próprio do Município
A	11	1	8
B	17	4	1
C	13	6	2
D	13	6	2
Total	54	17	13

14.7 – Transportes escolares



Pode assim concluir-se que a maior parte (65%) dos municípios que responderam a esta questão utiliza os dois tipos de soluções para transportes escolares.

XIII – Descentralização de competências dos Municípios nas Juntas de Freguesia (Questão 22)

Esta questão tem a ver com alguns dos assuntos já tratados acerca dos quais se comentou oportunamente não existir suficiente informação para se poder analisar e concluir. De facto, em termos de transportes, de refeições, de pequenas obras, de actividades de tempos livres, de despesas de

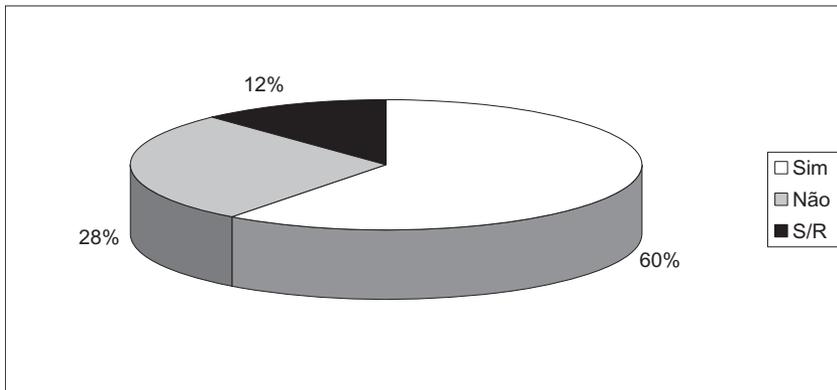
funcionamento, entre outros, pode haver competências e responsabilidades não só das Câmaras Municipais mas também das Juntas de Freguesia.

São 11 os municípios que não deram qualquer informação sobre a questão da descentralização para as Juntas de Freguesia. O número de respondentes varia, entretanto, em cada uma das alíneas.

Existência de Protocolos de descentralização de competências

Do conjunto dos respondentes, 61 afirmam existir descentralização de competências dos municípios nas Juntas de Freguesia, na área da Educação, enquanto 28 dizem não ter esse tipo de Protocolos com as Juntas de Freguesia.

22.1 – Existência de protocolos de descentralização



Os 61 concelhos que estabeleceram Protocolos com as Juntas de Freguesia distribuem-se por classes deste modo: 12 pertencem à classe A, 17 à classe B, 11 à classe C e 21 à classe D.

Sectores em que se verifica a descentralização

A esta questão responderam 59 concelhos, sendo que alguns deles indicam mais do que um sector em que se realiza a descentralização. Os

sectores referidos por maior número de municípios são exactamente os sugeridos no próprio formulário: “limpeza geral anual, pequenas reparações, arranjos exteriores”.

Da análise do conteúdo das respostas resulta o seguinte:

Pequenas reparações	33
Limpeza geral anual	15
Arranjos exteriores	14
Manutenção/conservação	10
Material de limpeza e expediente	9
Aquecimento/aquisição de lenha	8
Transportes escolares	6
Reparações ou grandes reparações	5
Telefone	4
Outros*	

* Grande variedade de sectores, com 1 ou 2 respostas por sector: electricidade, gás, água, alimentação, serviço de refeições, material didáctico, apoio pedagógico, subsídios escolares, gestão de pessoal.

XIV – Despesas globais, *per capita*, do município com os jardins de infância e escolas do 1.º ciclo da rede pública (Questão 23)

Esta questão foi formulada com o objectivo de obter a despesa global de cada concelho, para cada um dos quatro anos civis do período em análise, a partir dos valores indicados nas questões anteriores para as quais é possível quantificar a despesa e calcular, com base nesses resultados, o valor *per capita* (por aluno) e o valor por sala.

No entanto, uma primeira observação dos cálculos efectuados pelos municípios que reponderam a esta questão apontou logo para a existência de um número significativo de situações em que os valores calculados suscitavam dúvidas, as quais se tornavam mais óbvias nos resultados da despesa *per capita*.

Sendo esta uma questão fundamental, pareceu então justificado estender a todos os concelhos que responderam ao inquérito (101) o cálculo da despesa global total e da despesa *per capita*, com base na informação recolhida nas várias questões, utilizando o critério expresso na formulação da pergunta e duplicando assim o número de casos tratados.

Esta opção determinou a forma como se procede à análise desta pergunta:

–apresentam-se, num primeiro ponto (A), os resultados obtidos agregando, para o conjunto dos 101 concelhos, as despesas indicadas em cada um das questões assinaladas,

–num segundo ponto (B), procede-se à distribuição percentual, por tipo de despesa, da despesa total realizada pelo conjunto dos concelhos que responderam ao inquérito.

Como já foi referido, o apuramento da frequência e do número de turmas e de grupos está incluído na caracterização do universo escolar dos estabelecimentos de ensino da rede pública do pré-escolar e 1.º ciclo, objecto da Questão 1. Deve notar-se, porém, que os anos para apuramento da frequência e do número de salas (anos lectivos) não coincidem com os anos para cálculo das despesas (anos civis).

Despesa global e despesa per capita calculada para cada concelho com base nas respostas às questões do inquérito

O cálculo da despesa global foi efectuado agregando, para cada concelho, os valores inscritos em cada um dos pontos do formulário assinalados na questão 23. Os encargos com a elaboração da carta escolar, mencionados por 8 concelhos, não foram adicionados por não se conhecer o período exacto a que respeitam e incluírem, por vezes, a comparticipação de outras entidades.

Procedeu-se, portanto, à adição das despesas de cada concelho, realizadas de 1998 a 2001 e discriminadas por tipo de despesa e agregou-se de forma a obter a despesa global. A apresentação destes resultados, no

quadro que se segue, considera-se justificada por se tratar de uma informação que sintetiza todos os dados quantitativos recolhidos no inquérito e possibilita diferentes análises.

23.1 – Despesa por concelho

Classe	Concelho	Despesa Global 1998/2001	Despesa Média anual	Valor <i>per capita</i> (anual)
A	403	150775	37694	110
A	411	97360	24340	88
A	701	70928	17732	50
A	703	186798	46700	115
A	802	17713	4428	39
A	815	797752	199438	661
A	909	19493	4873	16
A	1202	57735	14434	88
A	1413	139099	34775	79
A	1420	150208	37552	98
A	1704	51077	12769	31
A	1707	220138	55035	170
A	1812	75297	18824	103
A	1818	138949	34737	83
B	408	105720	26430	51
B	410	23170	5793	13
B	508	163106	40777	87
B	613	528052	132013	147
B	711	504784	126196	186
B	901	71732	17933	37
B	1402	1159778	289945	338
B	1602	353943	88486	101
B	1709	347528	86882	192
B	1711	321108	80277	179
B	1713	682551	170638	182
B	1802	119360	29840	48

Classe	Concelho	Despesa Global 1998/2001	Despesa Média anual	Valor <i>per capita</i> (anual)
B	1813	876849	219212	230
B	1815	193920	48480	68
C	111	135403	33851	31
C	116	484693	121173	68
C	205	87847	43924	25
C	602	512954	128239	67
C	806	465669	116417	97
C	1403	231834	57959	50
C	1405	404941	101235	66
C	1803	649653	162413	129
C	1806	291287	72822	55
D	101	866760	216690	76
D	107	319591	79898	32
D	308	4674737	1168684	110
D	603	2494183	623546	107
D	705	3364808	841202	353
D	811	1041569	260392	100
D	1116	2299831	766610	123
D	1310	969020	242255	34
D	1313	1281163	320291	77
D	1508	1553078	388270	158
D	1511	472391	118098	62
D	1607	2597739	649435	210

Com base nesses resultados, calculou-se a despesa média *per capita* para cada classe:

(contos/ano)				
Concelhos	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D
Despesa média <i>per capita</i>	132	113	73	131

Para o conjunto dos concelhos, a despesa média *per capita* estimada é de **112 contos/ano**. Recorde-se que a média da despesa anual *per capita*, calculada com base nos dados fornecidos pelos municípios, é da ordem dos 127 contos.

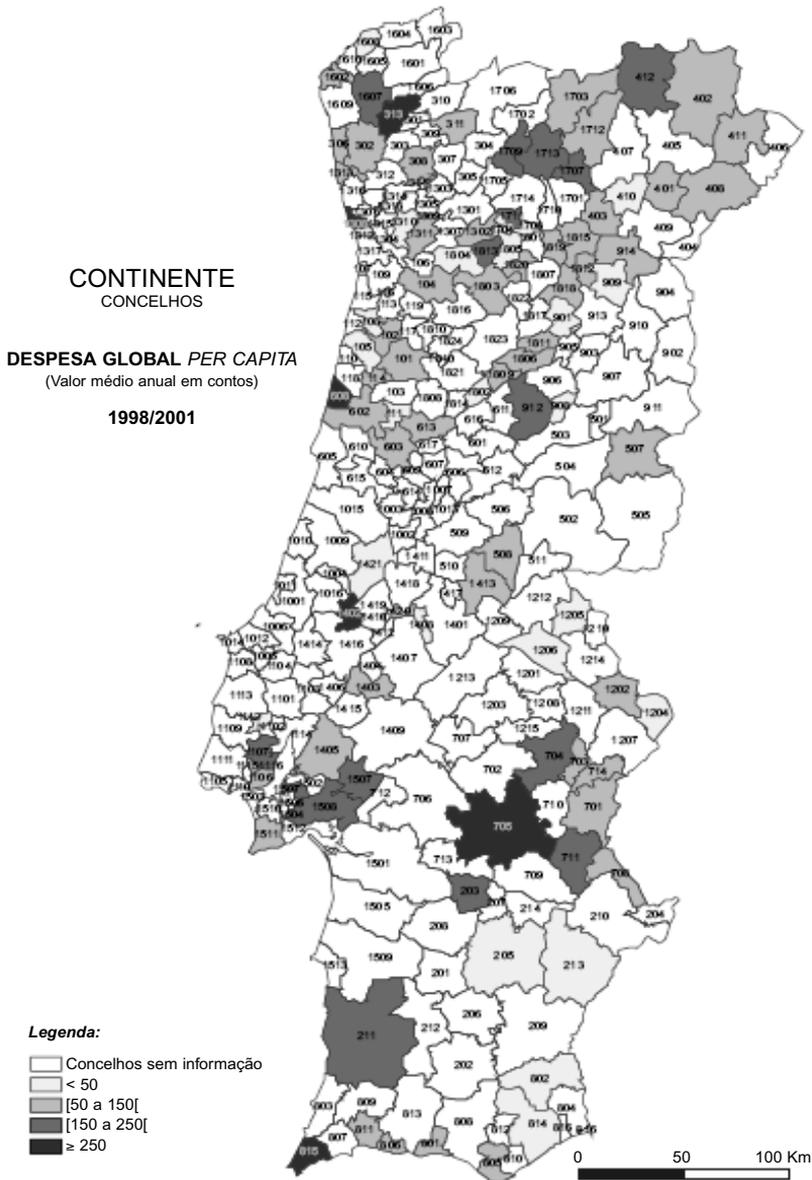
É curioso verificar que a despesa *per capita* é superior à média nas classes A e D e nitidamente inferior na classe C.

A distribuição por escalões da despesa é a seguinte:

Valor <i>per capita</i> (contos/ano)	<50	≥50 <150	≥150 <250	≥250
n.º de concelhos	26	51	15	6

Permite concluir que, de acordo com a informação prestada, a despesa global *per capita* realizada por 50% dos concelhos da amostra se situa entre 50 e 150 contos/ano.

Completa-se esta estimativa da despesa *per capita*, com a sua representação geográfica ao nível de concelho na figura que se segue. Utilizaram-se para esse efeito os quatro escalões anteriormente estabelecidos.

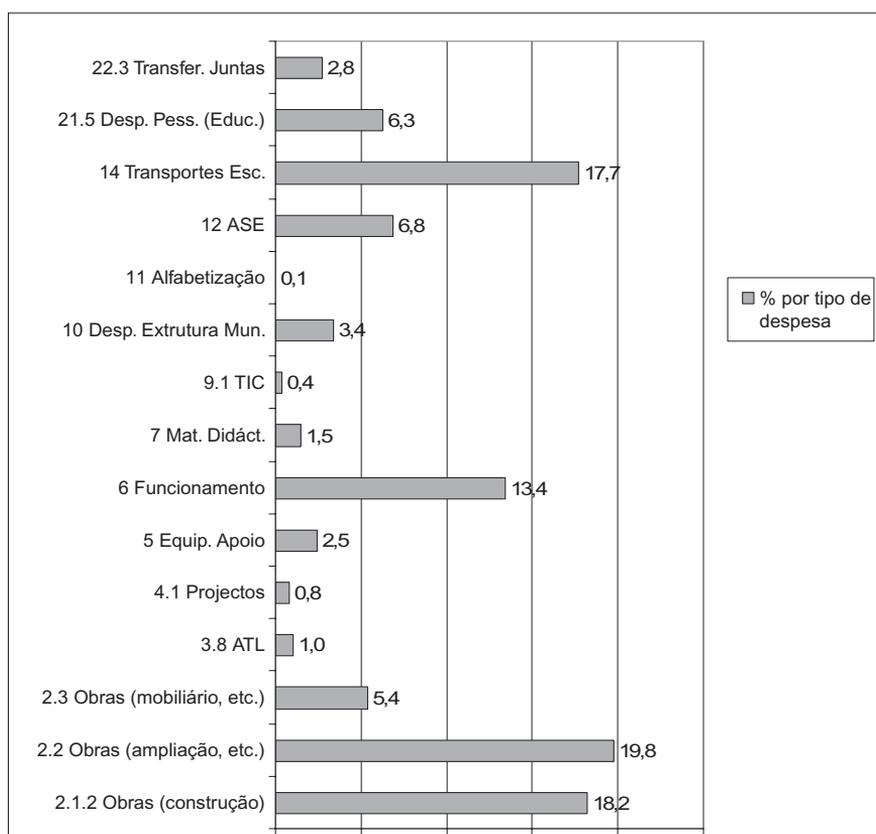


Distribuição percentual da despesa global realizada pelo conjunto dos concelhos que responderam ao inquérito

A distribuição percentual da despesa global realizada pelo conjunto dos concelhos é representada em gráfico, com indicação do tipo de despesa.

De acordo com a informação prestada pelos municípios, verifica-se que predominam as despesas com obras (construção e ampliação), com os transportes escolares e com o funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino. Estas despesas totalizam cerca de 70% dos encargos globais como se verifica no gráfico infra.

23.1 – Distribuição percentual da despesa global



XV – Relações interinstitucionais (Questão 24)

A terminar o inquérito, as Câmaras foram questionadas acerca das relações com outros organismos. Apesar do alcance do título, são apenas os órgãos centrais, regionais e locais do Ministério da Educação que são referidos nas perguntas. Esta questão subdivide-se em quatro grupos e nove subquestões.

Caracterização das relações do Município com o Ministério da Educação

Regularidade e caracterização das relações (questões 24.1.1 e 24.1.2)

Entende-se que a regularidade e a qualidade das relações com o Ministério da Educação se reportam a órgãos centrais (Gabinetes Governamentais ou Direcções-Gerais ou Departamentos) uma vez que os órgãos regionais são tratados na pergunta 24.2.

24.1 – Relações do Município com o Ministério da Educação

Regularidade	n.º de concelhos	Classificação	n.º de concelhos
Diária	-	Excelentes	4
Semanal	2	Muito boas	11
Mensal	11	Boas	48
Semestral	18	Razoáveis	18
Anual	8	Más	0
Outra	54	S/R	20
S/R	10		

As reuniões semestrais, indicadas por 18 concelhos, são as que predominam entre as classificadas de regulares. Estes 18 concelhos distribuem-se, de acordo com a população escolar, do seguinte modo: cinco pertencem à classe A, dois à classe B, três à classe C e 8 à D.

A enorme preponderância da resposta “Outra” (54) corresponde a “quando necessário”, “sempre que se justifique”, “esporadicamente”, isto é, sem qualquer regularidade.

Quanto à qualidade, a classificação de “Boas” é claramente predominante (48 respostas). Os municípios da classe D qualificam em maior número (15) as relações com os órgãos do Ministério como “Boas”.

Que iniciativas poderia o Município tomar para melhorar as relações? (questão 24.1.3.)

A maioria dos concelhos não deu qualquer resposta. Os 10 municípios que responderam fizeram-no do seguinte modo:

- *Continuar a manter um contacto frequente e os circuitos de informação abertos e disponíveis.*
- *Identities políticas.*
- *Compreensão com as dificuldades que existem em todas as entidades.*
- *No presente momento, nenhuma.*
- *Apesar do desenvolvimento das acessibilidades e das comunicações através das novas tecnologias, existe uma grande distância entre Lisboa e os municípios do interior.*
- *Dado que as relações só acontecem em casos pontuais, não se vislumbra a elaboração de qualquer sugestão.*
- *Maior aproximação entre técnicos, de forma a melhorar a informação.*
- *As relações são as esperadas, sempre que existe a necessidade de clarificar algum aspecto, fazemo-lo do ponto de vista institucional, dependendo da natureza do assunto.*
- *Os dados constantes neste inquérito foram significativamente melhorados no ano lectivo de 2002/2003.*
- *O accionar do processo deve ser da responsabilidade do Governo.*

Caracterização das relações do Município com Direcção Regional de Educação ou Centros de Áreas Educativas (questão 24.2)

Tomando em atenção os serviços do Ministério que se encontram mais próximos dos concelhos, a periodicidade das relações é aqui em maior número *mensal*.

24.2 – Relações do Município com Direcção Regional de Educação ou Centros de Áreas Educativas

Regularidade	n.º de concelhos	Classificação	n.º de concelhos
Diária	0	Excelentes	7
Semanal	14	Muito boas	35
Mensal	34	Boas	37
Semestral	11	Razoáveis	9
Anual	0	Más	0
Outra	37	S/R	13
S/R	9		

Que iniciativas poderia o Município tomar para melhorar as relações? (questão 24.2.3)

Responderam apenas 5 municípios, do seguinte modo:

- *Continuar a manter um contacto frequente e os circuitos de informação abertos e disponíveis.*
- *Nenhuma.*
- *Muito pontualmente, poderá ser relevante unificar a área de gestão educativa e a área de obras escolares numa só pessoa/serviço.*
- *As relações são muito boas baseadas no respeito mútuo, na colaboração estreita e na parceria. Apesar disso os níveis de colaboração deverão ser aperfeiçoados e adequados a novas realidades que surjam.*

– *Para além do referido no ponto 24.1.3, que o representante da DREL no Conselho Municipal de Educação fosse um técnico da própria DREL, com conhecimento da Instituição.*

Iniciativas possíveis das estruturas do Ministério, com o mesmo objectivo (questão 24.3)

Foram 21 os concelhos que avançaram as suas sugestões, aqui sintetizadas e agrupadas:

INICIATIVAS	N.º de concelhos
• Maior número de contactos	4
• Mais e melhor informação	4
• Reconhecimento do esforço municipal	1
• Maior acompanhamento, encontros periódicos, criação de um gabinete de apoio à autarquia	6
• Celeridade nos despachos	2
• Maior rigor na definição de competências	2
• Maior atenção às opiniões locais	1
• Maior colaboração	2
• Formação e apoio aos funcionários das autarquias	2

Constata-se que uma grande parte das sugestões se pode reduzir a uma rubrica: informação e formação.

Transcrevem-se abaixo as respostas dos municípios inscritas no formulário do Inquérito a duas destas alíneas já analisadas: Iniciativas possíveis do Município para melhorar as suas relações com o Ministério da Educação (24.1.3) e com Direcções Regionais e Centros de Área Educativa (24.2.3):

– *Ter mais contactos com as Autarquias, enviando informações e esclarecimentos e programas orientadores na implementação dos novos conteúdos legislativos e ouvir mais as preocupações das Autarquias antes de legislar.*

- *Estabelecer contactos mais programados, uma vez que os contactos que actualmente estabelecem, possuem uma natureza demasiadamente esporádica.*
- *Reconhecer o esforço municipal em muitas situações que decorrem do parco apoio ministerial.*
- *Envio de informação e celeridade nos despachos. Maior acompanhamento nos processos.*
- *Satisfazer em pleno a legislação rigorosa que define as competências.*
- *Afigura-se que o Ministério da Educação poderia ter uma estrutura orgânica informativa e de encaminhamento eficaz, bem como disponibilizar um directório de serviços (centrais, regionais, locais) e respectivas competências.*
- *Terem em conta as opiniões de quem conhece a realidade local na tomada de decisões.*
- *Aperfeiçoar os níveis de colaboração e adequá-los a novas realidades que surjam.*
- *Proporcionar equipas de apoio e formação aos funcionários das Autarquias.*
- *Calendarização de encontros periódicos para debater assuntos de interesse comum.*
- *Criar um gabinete específico de apoio às Autarquias – questões educacionais.*
- *Reuniões periódicas para debate das políticas educativas e sua relação com o poder local.*
- *Destacar um técnico que responda directamente pelas Escolas de Odivelas, por nível de ensino.*
- *Ter um contacto mais próximo com os municípios, fazendo visitas e reuniões com alguma frequência, visando os problemas educativos específicos dos concelhos.*

- Organizar “workshops” para os técnicos do Município, relativamente a candidaturas.
- Diminuição da burocracia e uma melhor acessibilidade do Governo Central.
- Talvez responderem com mais rapidez às solicitações apresentadas, porque a falta de resposta e o facto de ser tardiamente, por vezes, dificulta-nos o desenvolvimento do trabalho.
- Reuniões periódicas com as Autarquias.
- Desenvolver acções no próprio Município.
- Planificação de reuniões de carácter periódico.
- Mais descentralização, mais desconcentração, mais informação.

Com que regularidade os representantes (técnicos) dos Municípios se deslocam às escolas? (questão 24.4)

• Diária	9
• Semanal	30
• Mensal	14
• Semestral	2
• Anual	1
• Outra	36
• S/R	15

Mourão, Portimão, Lisboa, Palmela e Ponte de Lima apresentam mais do que uma resposta.

A periodicidade regular mais frequente é semanal – 30 respostas. Da classe D, 14 concelhos apontam deslocação semanal. Da classe A são 6 concelhos e das classes B e C são 5, respectivamente.

A categoria “Outras” obteve 36 respostas, das quais 8 provêm de concelhos da classe A, 10 da classe B, 12 da classe C e 6 da classe D.

Com que regularidade os representantes (técnicos) da DRE e do CAE se deslocam às escolas? (questão 24.5)

• Diária	0
• Semanal	0
• Mensal	1
• Semestral	3
• Anual	8
• Outra	46
• S/R	43

Estas 46 respostas em “outra” regularidade dividem-se em dois tipos de situações: ou a autarquia responde que “não tem conhecimento” ou então considera que estas deslocações se efectuam “sempre que necessário”, isto é, “quando solicitado”. Três destes concelhos dizem que “raramente” os técnicos “se deslocam às escolas” – Albufeira, Almeirim e São João da Pesqueira. Tarouca afirma que não houve “nenhuma” deslocação.

XVI – Outros aspectos (Questão 25)

A terminar o elenco de perguntas, pede-se aos municípios que mencionem “outros aspectos não referidos neste questionário relativos à intervenção do poder local nos jardins de infância e escolas do 1.º ciclo”.

Inscreveram as suas observações 21 municípios, maioritariamente da classe D (12). Responderam 2 da classe A, 6 da classe B e 1 da classe C.

As respostas abordam diversos assuntos entre os quais se destacam, por recorrentes:

- a necessidade de clareza na definição de atribuições e de competências das autarquias;
- a comparticipação financeira da Administração Central de acordo com as competências assumidas pelas autarquias;

- as questões do pessoal auxiliar para os jardins de infância e a partilha de tutelas na gestão desse pessoal;
- iniciativas diversas das Câmaras Municipais, para além das referidas no Inquérito.

A fim de permitir uma leitura dos textos completos, transcrevem-se abaixo as respostas dos 21 municípios.

Concelhos da Classe A:

- *Falta de legislação criteriosa que defina, de uma forma clara e inequívoca, as competências de cada um dos parceiros e as áreas de intervenção.*
- *Nos jardins de infância a Câmara Municipal apoia “cedendo” alguns educadores e pessoal auxiliar.*

Concelhos da Classe B:

- *O aumento de atribuições e competências das autarquias na área da Educação não coincide com o respectivo aumento do apoio financeiro da Administração Central.*

A descentralização que se pretende para a área de Educação representa uma intervenção educativa concreta, válida e profícua que deverá ser realizada através de um plano de desenvolvimento educativo local onde todos os parceiros possam estar envolvidos.

- *Monodocência coadjuvada (música, natação, educação física).*

Áreas de apoio integrado à Escola (acompanhamento psicológico e social – “Programa Criança em Acção”).

Programas facilitadores da integração no 2.º Ciclo do ensino básico (“Programa com os olhos postos numa nova Escola”).

Disponibilização de autocarro municipal, a custo zero, para visitas de estudo (Educação Pré-escolar, 1.º, 2.º, 3.º Ciclos e Secundário).

Componente de apoio à família (prolongamento de horário) na Educação Pré-Escolar.

Leitura de contos nas escolas e jardins de infância que o solicitem (Projecto “Lê um livrinho, cresce um bocadinho”, dinamizado pela Biblioteca Municipal).

Promoção ou participação na organização de dias especiais.

Acompanhamento técnico e manutenção do equipamento instalado no âmbito do “Programa Internet nas Escolas”.

Apoio logístico.

– Escola de natação para todos os alunos – transportes e monitor da responsabilidade da autarquia.

Em 2002/2003 – aulas de Educação Física em todos os jardins de infância e escolas do 1.º ciclo (material e transporte), com pagamento ao professor pela CAE.

– O enquadramento legal do poder local deveria permitir uma participação mais activa na gestão do Pré-escolar.

– Reforçar a autonomia, diminuindo a burocracia e aumentando o apoio financeiro.

– Natação e educação física para todos os alunos do Pré-escolar e do 1.º Ciclo; semana cultural/feira do livro, dia mundial da criança e projecto de saúde oral.

Concelhos da Classe C:

– *Jardins de infância – Desde o ano lectivo de 1999/2000, (para) a gestão da componente de Apoio à Família, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento de Educação Pré-Escolar e com base nos acordos assinados entre a Câmara Municipal de Cantanhede, a DREC e a Segurança Social, foram estabelecidas parcerias com Juntas de Freguesia, Associações de Pais, Agrupamentos de Escolas e Instituições Privadas de Solidariedade Social.*

Mensalmente são solicitadas à autarquia as importâncias relativas à componente de Apoio à Família (Prolongamento de Horário e Fornecimento de Refeição) pelas entidades parceiras, através de um mapa-resumo das despesas efectuadas (logística, aquisição de material para CAF, etc.) com comprovativos das mesmas.

Após análise do mapa, são desbloqueadas as verbas provenientes da DREC e relativas ao Jardim em questão, cujos montantes anuais constam do mapa junto.

Concelhos da Classe D:

– *A transferência dos apoios financeiros por parte do Ministério da Educação, embora seja feita com regularidade, deveria ser feita mais atempadamente. No âmbito dos jardins de infância e do Protocolo celebrado no “Programa de Expansão e Desenvolvimento de Educação Pré-Escolar” consideramos que este deveria prever e apoiar uma Auxiliar de Acção Educativa por sala e não na razão de uma auxiliar para duas salas de aula, como actualmente prevê.*

– *Ineficácia da partilha de tutelas na gestão do pessoal afecto ao Pré-escolar. Insuficiente clarificação das competências da Administração Central e das autarquias neste domínio.*

– *Falta de recursos financeiros das autarquias.*

- *É fundamental a descentralização administrativa.*
- *As novas competências dos municípios devem ser acompanhadas dos correspondentes financiamentos.*
- *Falta de participação nas despesas, por parte da Administração Central, tendo em conta as competências assumidas pela autarquia, nomeadamente em recursos humanos e em obras de melhoramento das instalações educativas.*
- *Fornecimento de equipamento básico administrativo e informático.*
- *Acção social escolar.*
- *Apoio a Projectos de Escola.*
- *Apoio e pagamento a professores e monitores para desenvolvimento de projectos nas áreas das expressões: educação física, música, teatro.*
- *Desenvolvimento de projectos complementares.*
- *Recrutamento de pessoal auxiliar de acção educativa para jardins de infância da rede pública.*
- *Representação nas Assembleias de Escola.*
- *Pagamento de despesas e manutenção dos estabelecimentos de ensino.*
- *Relação com organizações internacionais – “Cidades educadoras”.*
- *Contratação, colocação e gestão de auxiliares/assistentes de acção educativa nos jardins de infância, quer no acompanhamento do docente na sala de actividades, quer no desenvolvimento/ /dinamização dos serviços de apoio à família.*

- *Promoção de acções de formação em áreas específicas para professores, educadores e auxiliares de acção educativa.*
 - *Edição de materiais de apoio pedagógico.*
 - *Disponibilização de professores nas áreas das expressões, para coadjuvar os professores do 1.º Ciclo.*
 - *Concordância com o inquérito no conjunto das questões com reflexo no orçamento municipal.*
 - *Dificuldade que se prende com o facto de as auxiliares dos jardins de infância serem funcionárias da Câmara Municipal, mas estarem sob tutela dos educadores. Por vezes, registam-se situações de dupla tutela sobre as mesmas pessoas.*
 - *Atribuição de subsídio, pela Câmara Municipal, aos jardins de infância e às escolas do 1.º Ciclo, para realização de visitas de estudo (no ano civil de 2003, o total foi de 21 203,96€).*
 - *Relativamente aos jardins de infância, atitude positiva, embora os pagamentos cheguem com algum atraso.*
- No que diz respeito ao apoio a novas estruturas do Pré-escolar, terá de ser reconsiderado e reformulado com a nova política educativa.*
- *Nota negativa para o apoio financeiro aos transportes escolares, equipamento e material pedagógico para o 1.º ciclo.*

C – DESAFIO FINAL

Da análise dos dados fica claro que o apoio às escolas é muito diferenciado de município para município e os montantes atribuídos para manutenção e apoio pedagógico por classe e por aluno são de tal modo divergentes que importaria estabelecer um quadro referencial para estes financiamentos, definindo regras para regular a situação, de modo a garantir que financiamentos mínimos aceitáveis fossem cumpridos.

As Autarquias e a Educação

Estudo sobre a capacidade de resposta educativa autárquica no contexto de mudança e desenvolvimento da sociedade portuguesa

Jorge Martins* e Gracinda Nave**

O estudo “AS AUTARQUIAS E A EDUCAÇÃO” foi candidatado como um projecto de investigação-acção ao concurso “Projectos de Pesquisa Educativa no País” aberto pela Fundação Calouste Gulbenkian em 2002, sob o título “Estudo sobre a capacidade de resposta educativa autárquica no contexto de mudança e desenvolvimento da sociedade portuguesa”.

Tendo sido seleccionado, foi objecto de financiamento durante o período de tempo em que decorreu o trabalho de recolha de dados e de elaboração de conclusões (2003 a 2005). Durante o mesmo tempo, recebeu o apoio logístico institucional da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

A recolha de dados foi realizada através de inquérito por questionário sobre uma amostra de vinte e seis municípios da Região do Norte (Arcos de Valdevez, Monção, Viana do Castelo, Amares, Barcelos, Terras de Bouro, Fafe, Guimarães, Trofa, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Lousada, Mondim de Basto, Paços de Ferreira, Resende, Arouca, Santa Maria da Feira, Alijó, Penedono, Torre de Moncorvo, Vila Real, Bragança, Miranda do Douro, Mirandela e Montalegre), abrangendo a totalidade de estabelecimentos de educação e ensino públicos desses municípios e perfazendo, no total, 710 jardins de infância, 1.258 escolas do 1.º ciclo, 48 escolas do ensino básico mediatizado, 99 agrupamentos de escolas e 97 escolas dos 2.º e 3.º ciclos e secundárias não agrupadas. A percentagem global de respostas foi de 98%. Para além dos estabelecimentos de ensino, foram também inquiridas, através de dois

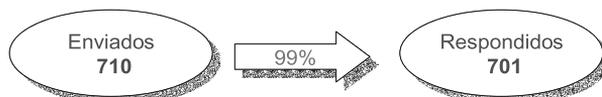
* Professor do Ensino Secundário, doutorando em Ciências da Educação e membro do Centro de Investigação e Intervenção Educativas – FPCE da UP.

** Professora do Ensino Básico e Mestre em Ciências da Educação.

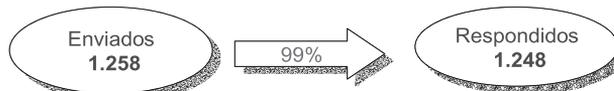
questionários com objectivos diferentes, todas as vinte seis câmaras sendo que, para cada um dos seus responsáveis, foi realizada uma entrevista. Durante todo o processo de preparação e recolha de dados, foram realizadas inúmeras sessões de trabalho presenciais nos municípios envolvidos.

AS AUTARQUIAS E A EDUCAÇÃO 2001 / 2002 INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIOS

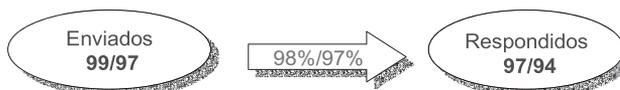
AS AUTARQUIAS E A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR



AS AUTARQUIAS E O 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO



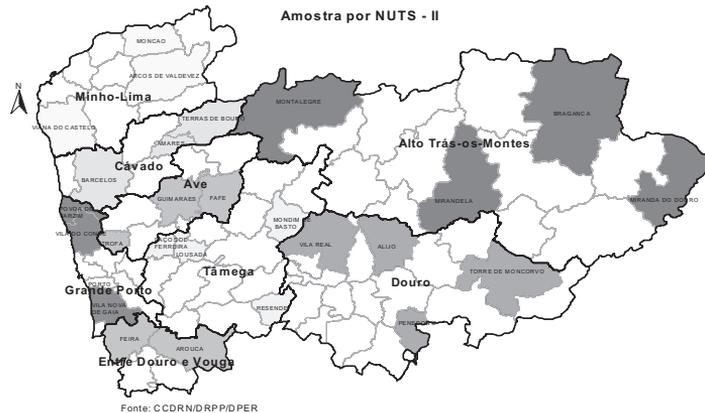
AS AUTARQUIAS VISTAS PELOS AGRUPAMENTOS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS



AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AMOSTRA

26 MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE



AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

3

A investigação, incidindo sobre o ano lectivo de 2001/2002, permitiu a elaboração de um relatório por cada uma das vinte e seis autarquias bem como a produção de vinte e seis cd-roms com a respectiva caracterização educativa, em formato actualizável, para além do relatório global que agora se pretende editar. Todos estes documentos foram depositados na Fundação Calouste Gulbenkian em Julho do corrente ano. Do relatório global foi extraída, para efeitos de divulgação, uma versão resumida cuja nota introdutória permite compreender os objectivos da problemática estudada.

Nota Introdutória

Do debate actual sobre o estado da Educação tem sobressaído, inúmeras vezes, o papel assumido pelas autarquias locais. Geralmente menosprezado ou olhado com desconfiança, por razões históricas que se prendem com o tradicional centralismo da administração educativa

portuguesa, no entanto esse papel tem vindo nos últimos anos a sofrer importantes modificações.

Por boas ou más razões, a intervenção educacional dos municípios representa hoje um domínio incontornável na análise das questões da descentralização, da territorialização, da subsidiariedade, da regulação e da eficácia do sistema educativo. Tais questões, que atravessam a sociedade e envolvem o Estado e a sua administração, impõem um conhecimento aprofundado dos modos como são construídas e executadas as políticas locais de educação e da forma como estas se relacionam com a procura do bem comum.

Embora a legislação dos últimos trinta anos tenha conferido às autarquias um vasto campo de intervenção noutros sectores da vida pública, em matéria educativa o quadro legal de competências próprias e delegadas, bem como o respectivo financiamento, manteve-se quase inalterado. O poder local, nesta matéria, continuou a exercer-se sobretudo ao nível da execução das tarefas “mais pobres” da logística educativa, embora a partir de meados da década de 90 crescentes sinais de mudança (formal e informal) tivessem surgido e questionado a capacidade de resposta dos municípios aos desafios do desenvolvimento. São estes sinais de mudança que pretendemos identificar e estudar.

De facto, praticamente desde 1996, tem-se vindo a assistir a uma alteração na “relação de forças” entre poder central e poder local no que respeita à distribuição e ao exercício de algumas funções educacionais relevantes, alteração essa que aponta para um novo patamar da capacidade de intervenção autárquica. Por um lado, certos domínios que eram reserva exclusiva da administração central, como, por exemplo, a definição das componentes curriculares do 1.º ciclo do ensino básico e o respectivo recrutamento de professores, foram progressivamente assumidos como áreas de “competência moral” pelas autarquias; por outro lado, na sequência de algumas medidas de política educativa, tais como a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, o novo Regime de Autonomia, Administração e Gestão Escolar, a criação dos Conselhos Locais de Educação ou a

elaboração das Cartas Educativas, foram-se desenvolvendo novos espaços e motivos de intervenção autárquica que prefiguram uma recomposição do próprio campo educativo, agora já não absolutamente uniformizado, mas mais aberto aos diferentes tipos e ritmos de territorialização educativa.

Mesmo num quadro legal ainda fortemente centralista, surgem cada vez mais iniciativas das comunidades locais em torno da resolução de problemas novos, tais como a prestação de serviços de alimentação (refeições) às crianças do 1.º ciclo, a criação de ATL, a fixação de horários de funcionamento de jardins de infância ou a oferta de determinadas actividades de complemento curricular. Tais iniciativas, quase sempre impulsionadas e lideradas pelas autarquias, contribuem, também, para uma nova forma de ver a escola e a educação: o espaço físico escolar está a ser progressivamente substituído pelo espaço onde se desenvolvem projectos educativos mais abrangentes e relações sociais de parceria e partilha entre velhos e novos intervenientes.

É neste contexto que, globalmente, as autarquias vêm assumindo um maior espaço de manobra e uma intervenção crescente. No entanto, as diversas desigualdades de todo o tipo existentes entre municípios e, até, entre freguesias do mesmo município, aconselham alguma prudência no estabelecimento de conclusões gerais acerca do papel das autarquias na evolução educativa. Talvez seja esta a razão, aliás, que explique a escassa atenção dada pela comunidade científica à problemática das políticas e das práticas educativas municipais. De facto, salvo raras e conhecidas excepções, a relação das autarquias com a educação não tem sido objecto de investigação metódica e sistemática.

Contribuir para o conhecimento aprofundado dessa relação é a principal finalidade deste estudo.

(...)

Todo o trabalho foi acompanhado por um conjunto de especialistas em educação de diversas instituições de ensino superior (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da UL; Faculdade de Psicologia e

Ciências da Educação da UP; Faculdade de Economia da UP; Faculdade de Economia da UC e Instituto de Estudos da Criança da UM).

As dimensões estudadas, que abrangem todos os domínios de intervenção autárquica formal e informal, foram organizadas segundo o tipo de estabelecimento de educação e ensino. Assim, relativamente à **educação pré-escolar e ao 1.º ciclo do ensino básico**, o estudo debruça-se sobre:

Instalações

variáveis: antiguidade, tipo de edifício, espaços e condições de funcionamento.

Pessoal não docente

variáveis: tipo de vínculo laboral, categorias profissionais, idade e habilitações.

Apoios sociais

variáveis: alimentação, prolongamento de horário, transporte.

Actividades pedagógicas e complementares

variáveis: tipo e origem do financiamento.

Custos de manutenção e funcionamento

Participação dos pais na vida educativa

variáveis: tipo de estruturas de participação associativa.

DIMENSÕES ESTUDADAS

<p>Q1 Jardim de infância</p> <p>Q2 Escola do 1.º CEB</p>	<p>Instalações (antiguidade, tipo de edifício, espaços, condições de funcionamento).</p> <p>Pessoal não docente (tipo de vínculo, categoria, idade, habilitações).</p> <p>Apoios sociais (refeições, prolongamento, transporte).</p> <p>Actividades pedagógicas e complementares (financiadas pelas autarquias, financiadas pelos pais).</p> <p>Custos de manutenção e funcionamento.</p> <p>Participação dos pais na vida educativa (associações e outras estruturas dos pais)</p>
<p>Q6 Agrupamentos</p>	<p>Constituição e modos de funcionamento (participação da autarquia na constituição e no funcionamento, relação geral de colaboração entre a autarquia e o agrupamento).</p> <p>Condições materiais e humanas e estratégias de funcionamento (recursos humanos e participação da autarquia, outras questões relacionadas com a intervenção autárquica).</p>
<p>Q7 Escolas não agrupadas</p>	<p>Participação autárquica no funcionamento.</p> <p>Posição da autarquia face às condições físicas (instalações e equipamentos).</p> <p>Relação geral de colaboração. Recursos humanos e participação da autarquia.</p> <p>Outras questões relacionadas com a intervenção autárquica na vida da escola.</p> <p>Outras questões relacionadas com a escola.</p>

4

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

Sempre que foi considerado necessário para a análise, procedemos ao cruzamento destas variáveis: por exemplo, para as escolas do 1.º ciclo, o cruzamento da variável tipo de edifício com a variável antiguidade permitiu-nos concluir que nos últimos 10 anos apenas se construíram cerca de 14% do total de edifícios construídos de raiz. Um outro exemplo de cruzamento, ainda para as escolas do 1.º ciclo, permitiu-nos concluir que o universo das escolas que apenas têm uma sanita e um lavatório (110 escolas) é composto por 73 escolas com menos de 10 alunos, 25 escolas com uma população escolar entre 10 e 20 alunos, 5 escolas com 20 a 25 alunos e 7 escolas com 25 a 50 alunos.

Quanto aos agrupamentos (horizontais e verticais), o estudo analisa as seguintes dimensões:

Constituição e modos de funcionamento

variáveis: *participação autárquica na constituição e no funcionamento, relação geral de colaboração entre a autarquia e o agrupamento.*

Condições materiais e humanas e estratégias de funcionamento

variáveis: *recursos humanos e participação das autarquias, outras questões relacionadas com a intervenção autárquica.*

Finalmente, sobre as escolas não agrupadas (escolas EB 2,3 e escolas com ensino secundário), foram analisadas as dimensões da participação autárquica no funcionamento, da posição da autarquia face às condições físicas, da relação geral de colaboração (recursos humanos e participação da autarquia), de outras questões relacionadas com a intervenção autárquica na vida da escola e de outras questões relacionadas com a escola.

A apresentação dos resultados do estudo está organizada em três grandes capítulos:

As Autarquias e a Educação Pré-Escolar;

As Autarquias e o 1.º ciclo do Ensino Básico;

As Autarquias vistas pelos Agrupamentos e Escolas não Agrupadas.

Em cada um destes capítulos são apresentados os quadros que reportam a análise quantitativa de dados, os correspondentes gráficos bem como as conclusões que reflectem a análise qualitativa, que é feita através da identificação de **pontos fracos**, **pontos fortes** e **pontos críticos**.

Por razões de economia de espaço, que se prendem com as características desta síntese, apenas apresentamos aqui uma parte do tratamento quantitativo dos dados recolhidos bem como o resumo dos pontos críticos relativos a cada um dos capítulos.

Capítulo I
As Autarquias e a Educação Pré-Escolar

AS AUTARQUIAS E A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
instalações, equipamento e condições de funcionamento (I)
(TOTAL DE RESPOSTAS 701)

TIPO DE EDIFÍCIO			Nº DE SALAS			ANTIGUIDADE		
Construído de raiz	181	26%	1 sala	459	66%	> 10 anos	350	50%
Em edifício do 1.º CEB	300	43%	2 salas	202	29%			
Em edifício não escolar adapt	167	24%	3 salas	30	4%			
Em pré-fabricado	53	7%	4 salas	9	1%	10 ou < anos	351	50%
			> 4	1	0%			

ESPAÇOS							
polivalente	vestiário	gabinete	cozinha	refeitório	WC adulto	WC nee	biblioteca
211	214	249	378	340	598	52	59
30%	31%	36%	54%	49%	85%	7%	8%

5

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS E A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
instalações, equipamento e condições de funcionamento (II)

EQUIPAMENTO SANITÁRIO								
SANITAS			LAVATÓRIOS			CHUVEIROS		
uma	124	18%	um	158	23%	um	136	20%
duas	285	41%	dois	319	46%	dois	25	4%
três	75	11%	três	70	10%	três	11	2%
quatro	114	16%	quatro	98	14%	quatro	2	0%

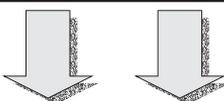
MÉDIA DE SALAS /JI	MÉDIA DE CRIANÇAS POR				
	J I	SALA	SANITA	LAVATÓRIO	CHUVEIRO
1,4	27,5	19,9	9,6	10,9	82,9

6

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS E A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR instalações, equipamento e condições de funcionamento (III)

CONDIÇÕES BÁSICAS DE FUNCIONAMENTO				
TELEFONE	ÁGUA (r.p.)	AQUECIMENTO	INFORMÁTICA	SEGURANÇA
567	504	683	130	232
81%	72%	97%	19%	33%



ABASTECIMENTO DE ÁGUA		
RP	POÇO	FURO
504	160	31
73%	23%	4%

TIPO DE AQUECIMENTO			
LENHA	GÁS	ELECT	OUTRO
164	114	444	45
23%	16%	63%	6%

7

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS E A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR pessoal não docente (I)

PESSOAL NÃO DOCENTE DAS AUTARQUIAS E DO ME		
N.º de salas existentes	N.º de salas protocoladas	N.º de salas não protocoladas
994	494 (50%)	500 (50%)
N.º de auxiliares necessários	N.º de auxiliares protocolados/existentes	N.º de auxiliares do ME
742	393/527 (53% / 71%)	349/185 (47% / 25%)
MÉDIAS (relativas aos funcionários das autarquias)		
Crianças/funcionário	Funcionários/JI	Funcionários/sala
36,7	0,8	0,5

8

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS E A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR pessoal não docente (II)

AUXILIARES DE A. E. POR RELAÇÃO LABORAL COM AS AUTARQUIAS				
QUADRO	CAP	CP	TAREFA	TOTAL
259	74	57	83	473
55%	15%	12%	18%	100%
ASSISTENTES DE A. E. POR RELAÇÃO LABORAL COM AS AUTARQUIAS				
24	2	26	2	54
44%	4%	48%	4%	100%
TOTAL				
283	76	83	85	527
54%	14%	16%	16%	100%

9

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS E A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR pessoal não docente (III)

	HABILITAÇÕES ACADÉMICAS DO PND DAS AUTARQUIAS					
	<= 1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	E SEC	E SUP	TOTAL
auxiliares	81	166	131	88	2	468
	17%	36%	28%	19%	0%	100%
assistentes	0	3	7	39	0	49
	0%	6%	14%	80%	0%	100%

	NÍVEIS ETÁRIOS DO PND DAS AUTARQUIAS				
	16-24	25-40	41-65	> 65	TOTAL
auxiliares	32	324	109	0	465
	7%	70%	23%	0%	100%
assistentes	8	43	2	0	53
	15	81%	4%	0%	100%

10

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS E A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR pessoal não docente (IV)

MONITORES POR RELAÇÃO LABORAL COM AS AUTARQUIAS				
QUADRO	CAP	CP	TAREFA	TOTAL
17	7	201	102	327
5%	2%	62%	31%	100%

MONITORES POR HABILITAÇÃO ACADÉMICA					
1º CEB	2º CEB	3º CEB	E SEC	E SUP	TOTAL
30	58	57	147	29	321
9%	18%	18%	46%	9%	100%

11

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS E A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR apoios sociais – alimentação

ALIMENTAÇÃO (REFEIÇÕES)				
Jl	Crianças	Jl com refeição	Crianças com refeição	Crianças abrangidas *
701	19.326	513	10.635	10.220
		73%	55%	53%

* N.º de crianças abrangidas por protocolo entre as autarquias e o ME

COBERTURA DO SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO		
Nº de municípios	Nível de oferta (% de Jl com refeições)	Nível de benefício (% de crianças com refeição)
8	100%	32% - 100%
14	50% - 99%	26% - 89%
3	10% - 49%	6% - 42%
1	0% - 9%	0% - 6%

12

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS E A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR apoios sociais – prolongamento de horário

JIs	Crianças	JIs com prolongamento	Crianças com prolongamento	Crianças do Acordo
701	19.326	329	6.132	5.884
		47%	32%	30%

Municípios	Níveis de oferta (% JIs)	Níveis de benefício (% crianças)
3 (11,5%)	100%	58%-100%
7 (27,0%)	50%-99%	19%-89%
9 (34,6%)	10%-49%	17%-43%
2 (7,7%)	< 10%	5%-7%
3 (11,5%)	0%	0%
2 (7,7%)	desconhecido	desconhecido

13

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS E A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR apoios sociais – transporte

Crianças			Jardins de Infância	
frequência	transportadas	com n.e.e. transportadas	existentes	com transporte
19.326	2.237	32	701	189
	11,6%	0,2%		27%

14

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS E A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

actividades pedagógicas e complementares pagas pelas autarquias

ACTIVIDADES EDUCATIVAS EXTERNAS				
Colónia balnear	Passeios	Visitas de estudo	Espectáculos e Festas	total
218	459	12	65	754
28,9%	60,9%	1,6%	8,6%	100%
"ACTIVIDADES CURRICULARES"				
Língua Estrangeira	Informática	Educação Física	Natação	total
2	0	30	24	56
3,6%	0%	53,6%	42,8%	100%

15

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS E A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

pontos críticos

REDE: de malha estreita, com crescimento não planeado e e não regulado; isolamento e atomização, baixa frequência, não integração organizacional, fraca qualidade média de instalações e equipamentos, fraca estabilidade do corpo docente; elevados custos económicos e sociais.

INSTALAÇÕES: maioritariamente resultam da adaptação de espaços pré-existent, não garantindo boas condições de funcionamento e localização, de dimensionamento e espaços, de salubridade e segurança.

PESSOAL NÃO DOCENTE: coexistem duas situações diferentes de tutela e de condições de exercício profissional (carreiras e vencimentos); mesmo o pessoal das autarquias tem duas carreiras distintas e é insuficiente; a estabilidade é fraca e dificulta o bom desempenho na componente sócio-educativa (refeições e prolongamento).

APOIOS SOCIAIS: o regime está desajustado e não cumpre a legislação (DC 300/97); o transporte não tem um quadro próprio de financiamento e regulação; a capacidade instalada (cozinhas e refeitórios) não está aproveitada e não há regulação do serviço de alimentação (enormes disparidades de preços de confeção e de utilização); inadequação do perfil dos "monitores" que acompanham o prolongamento.

ACTIVIDADES PEDAGÓGICAS E COMPLEMENTARES: são maioritariamente suportadas pelos orçamentos autárquicos e familiares e são muito variáveis de município para município. Embora incidam directamente sobre a componente educativa, não são gratuitas.

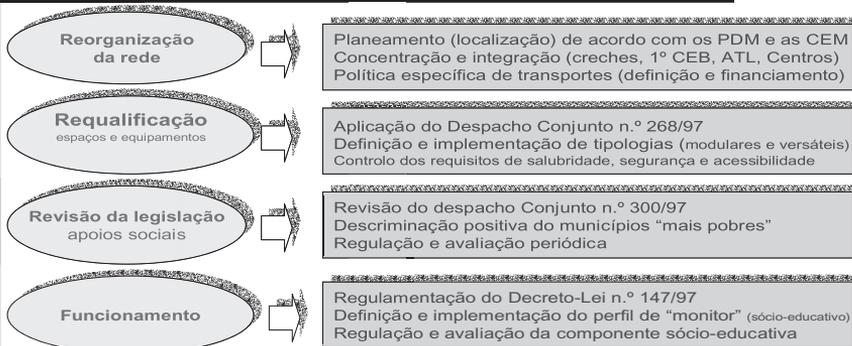
FINANCIAMENTO DO FUNCIONAMENTO: é muito desequilibrado, pouco racional e pouco transparente. Representa sempre um esforço financeiro significativo e dá origem, em muitos casos, a deficits autárquicos crescentes.

16

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS E A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR actuação prioritária

17



AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

Capítulo II As Autarquias e o 1.º ciclo do Ensino Básico

AS AUTARQUIAS E O 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO instalações, equipamento e condições de funcionamento (I) (total de respostas 1.248)

18

TIPO DE EDIFÍCIO POR ANTIGUIDADE						
Tipo de edifício	Com > 10 anos		Com 10 ou < anos		total	
Construído de raiz	999	81%	172	13,7%	1171	94,7%
Em edifício não escolar adaptado	26	2%	4	0,3%	30	2,3%
Em pré-fabricado	9	0,7%	9	0,7%	18	1,4%
Em edifício mais pré-fabricado	16	1,3%	3	0,3%	19	1,6%
total	1050	85%	188	15%	1238	100%

biblioteca	sala informática	sala c/ água	cozinha	refeitório	esp cob EFM	WC adultos	WC n.e.e.
145	84	255	360	302	285	987	108
12%	7%	20%	29%	24%	23%	79%	9%

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS E O 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

instalações, equipamento e condições de funcionamento (II)

N.º DE ESCOLAS COM UMA SANITA E UM LAVATÓRIO POR N.º DE ALUNOS

Uma sanita Um lavatório	Até 10 alunos	10-20 alunos	20-25 alunos	25-50 alunos
110	73	25	5	7

N.º DE ESCOLAS POR ADEQUAÇÃO DO EQUIPAMENTO SANITÁRIO

Escolas	Sanitas adeq.	Lavatórios adeq.	Conjunto adeq.	Conj. inadeq.
1.214	727	652	645	569
	60%	54%	53%	47%

CONDIÇÕES BÁSICAS DE FUNCIONAMENTO

Telefone	Água (r.p.)	Aquecimento	Informática	Segurança
915	951	1248	1.147	625
73%	76%	100%	92%	50%

19

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS E O 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

instalações, equipamento e condições de funcionamento (III)

ESCOLAS COM PELO MENOS UM COMPUTADOR (1.248 escolas)

Pelo menos 1	Em sala aula	Em sala prof.	Em serv. adm.	Ligado à net
1.147	992	195	48	1.136
92%	80%	16%	4%	91%

NÚMERO DE COMPUTADORES

Total	Em sala aula	Em sala prof.	Em serv. adm.	Ligado à net
2.047	1.713	237	97	1.364
100%	84%	12%	5%	67%

20

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS E O 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

peçoal não docente das autarquias e dos pais

PESSOAL NÃO DOCENTE POR TIPO DE RELAÇÃO LABORAL COM AS AUTARQUIAS				PESSOAL NÃO DOCENTE DA RESPONSABILIDADE DOS PAIS			
	Quadro	CAP	total	cozinha	guardas	auxiliares	total
cozinheiros	72	12	84	51	0	31	82
	67%	6%	29%				
guardas	1	7	8	62%	0%	38%	100%
	1%	4%	2%				
auxiliares	35	166	201	Para as 1.248 escolas eram "necessários" 751 auxiliares Os 201 auxiliares das autarquias representam 27% (694 – 56% – escolas sem direito a auxiliar)			
	32%	90%	69%				
total	108	185	293				
	37%	63%	100%				

21

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS E O 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

alimentação e transporte

Escolas	Escolas c/ alimentação	Crianças	Crianças c/ alimentação	Crianças	Crianças transport.	Crianças n.e.e. transportadas
1.247	454	68.610	40.113 (1)	68.610	3.994	147
	36%		58%		6%	0,2%

(1) Valor estimado tendo em conta que algumas escolas não indicaram o n.º

COBERTURA DO SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO		
Municípios	Nível de oferta (% esc. com ref.)	Nível de benefício (% crianças c/ ref.)
4	> 75%	44%-70%
4	50%-75%	23%-55%
9	10%-49%	8%-48%
9	>10%	0% -12%

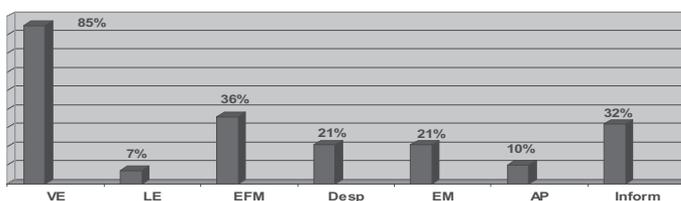
22

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS E O 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

actividades de apoio pedagógico e de complemento educativo

Visitas de estudo	Língua estrangeira	Educação F-M	Desporto	Expressão musical	Artes plásticas	Informática
1.057	83	450	261	261	125	296
85%	7%	36%	21%	21%	10%	32%



23

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS E O 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

pontos críticos

REDE: muito antiga, dispersa e, hoje, sem pertinência e racionalidade (mesmo dentro de muitos municípios); a qualidade média do parque escolar é fraca no que respeita a instalações e equipamentos; fraca integração organizacional e fraca estabilidade dos recursos humanos; elevados custos económicos e sociais.

INSTALAÇÕES: são precárias nos edifícios mais antigos e não sujeitos a requalificação; nos restantes, os requisitos funcionais inerentes ao actual currículo não foram contemplados (faltam salas de aula com ponto de água e esgoto, faltam espaços para as TIC e biblioteca, faltam espaços cobertos e descobertos para a EFM e o desporto). As condições médias de salubridade, segurança e acessibilidade são mediocres.

PESSOAL NÃO DOCENTE: na generalidade, os municípios não assumiram a competência de gestão, por falta de regulamentação dos correspondentes encargos financeiros. No entanto, existem intervenções pontuais, desreguladas e sem uma estratégia definida.

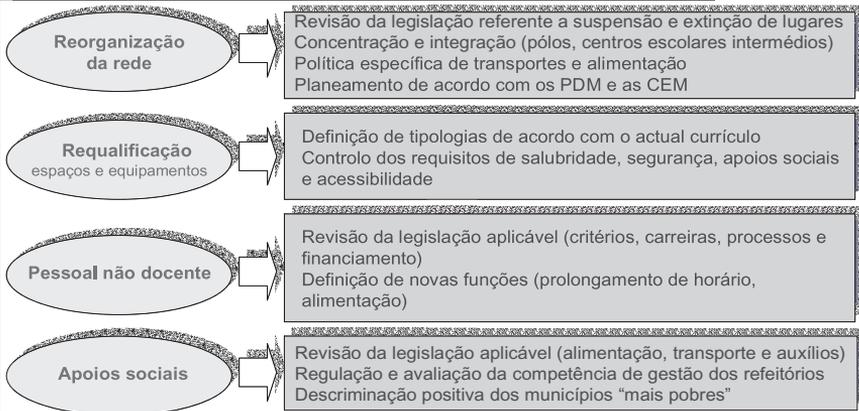
APOIOS SOCIAIS: quanto à alimentação, a desregulação é quase completa, continuando a existir um conjunto de municípios que se recusam a implementar o serviço. Quanto ao transporte, o problema da desadequação tende a aumentar à medida que for reordenada a rede.

ACTIVIDADES PEDAGÓGICAS E COMPLEMENTARES: representam uma área de intervenção e financiamento autárquico cada vez maiores, carecendo de urgente regulação sob pena de contribuírem para novas desigualdades e assimetrias.

24

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

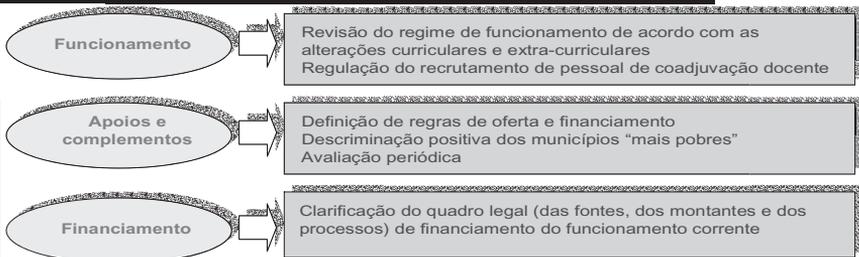
AS AUTARQUIAS E O 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO actuação prioritária (I)



25

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS E O 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO actuação prioritária (II)



26

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

Capítulo III

As Autarquias vistas pelos Agrupamentos e Escolas não agrupadas

AS AUTARQUIAS VISTAS PELOS AGRUPAMENTOS constituição e modos de funcionamento (I)

ADEQUAÇÃO DA DIMENSÃO DOS AGRUPAMENTOS (97)					
N.º escolas adequado	N.º de escolas não adeq.	Não responde	N.º de alunos adequado	N.º de alunos não adeq.	Não responde
79	17	1	80	16	1
81%	18%	1%	82%	16%	1%

TIPO DE INTERVENÇÃO AUTÁRQUICA NO PROCESSO				
Não responde	Muito activa	Activa	Passiva	Não sabe
2	12	46	24	13
2%	12%	47%	25%	13%

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROCESSO				
Não responde	Muito satisfat	Satisfatórios	Pouco satisfat	Não sabe
1	17	73	5	1
1%	18%	75%	5%	1%

27

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS VISTAS PELOS AGRUPAMENTOS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS participação autárquica na vida das escolas (I)

REPRESENTANTES MAIS FREQUENTES NAS ASSEMBLEIAS									
	Não resp.	Presid.	Vereador educação	Chefia serv. educ.	Técnico serv. educ.	Ver / tecn. outros	Presid J F	Outro J F	outros
AGRUP. (97)	7	0	26	5	14	5	19	9	12
	7%	0%	27%	5%	14%	5%	20%	9%	12%
NÃO AGRUP. (94)	7	5	22	10	5	4	18	15	8
	7%	5%	23%	11%	5%	4%	29%	16%	9%

28

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS VISTAS PELOS AGRUPAMENTOS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS
participação autárquica na vida das escolas (II)

		REGULARIDADE DA PRESENÇA			
		Constante	Irregular	Faltosa	Não responde
AGRUP. (97)		56	34	5	2
		58%	35%	5%	2%
NÃO AGRUP. (94)		47	31	14	2
		50%	33%	15%	2%

		TIPO DE PARTICIPAÇÃO			
		Muito activa	Activa	Passiva	Não responde
AGRUP. (97)		11	65	17	4
		11%	67%	18%	4%
NÃO AGRUP. (94)		9	58	16	11
		10%	62%	17%	11%

29

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS VISTAS PELOS AGRUPAMENTOS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS
participação autárquica na vida das escolas (III)

DOMÍNIOS MAIS FREQUENTES DAS INTERVENÇÕES DO REPRESENTANTE				
	AGRUP.		NÃO AGRUP.	
Ação Social Escolar (alimentação, auxílios, transporte)	49	22%	14	10%
Transportes escolares (organização, funcionamento)	47	21%	47	34%
Actividades de complemento curricular ou extra	26	12%	20	14%
Construção, conservação e manutenção	64	29%	34	24%
Questões pedagógicas	9	4%	11	8%
Questões relacionadas com o pessoal docente	1	0%	2	1%
Questões relacionadas com o pessoal não docente	22	10%	3	2%
Outros domínios	6	2%	10	7%
total	224	100%	141	100%

30

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS VISTAS PELOS AGRUPAMENTOS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS participação autárquica na vida das escolas (IV)

		REGULARIDADE DE REUNIÕES ENTRE RESPONSÁVEIS DAS DUAS ENTIDADES					
		Regularmente	Esporadicamente	Nunca	Não sabe	Não responde	Total
AGRUP. (97)		39	40	1	0	17	97
		40%	41%	1%	0%	18%	100%
NÃO AGRUP. (94)		19	69	5	0	1	94
		20%	74%	5%	0%	1%	100%

TIPO DE CONTACTOS ENTRE AS DUAS ENTIDADES		AGRUPAMENTOS		NÃO AGRUPADAS	
Troca de correspondência oficial		57	22%	51	21%
Contactos telefónicos regulares		65	25%	58	24%
Contactos pessoais informais		51	20%	58	24%
Correio electrónico		4	2%	1	0%
Reuniões de trabalho nos estabelecimentos de ensino ou nas câmaras		49	19%	41	16%
Visitas dos responsáveis autárquicos às escolas		35	13%	32	13%
Outras		0	0%	4	2%
Total		261	100%	245	100%

31

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS VISTAS PELOS AGRUPAMENTOS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS participação autárquica na vida das escolas (V)

AVALIAÇÃO DA ACÇÃO EDUCATIVA GLOBAL DAS AUTARQUIAS	AGRUP		NÃO AGRUP	
Participação do representante na Assembleia	17	11%	38	29%
Orientação e acompanhamento da actividade do representante	18	12%	10	8%
Gestão eficaz nos domínios formais da sua competência	21	14%	16	12%
Intervenção em novos domínios informais	16	11%	15	11%
Apoio à execução do projecto educativo	55	37%	32	24%
Cumprimento do projecto educativo municipal	6	4%	2	2%
Liderança da política educativa local	13	9%	5	4%
Outro	3	2%	13	10%
Total	149	100%	131	100%

32

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS VISTAS PELOS AGRUPAMENTOS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS participação autárquica na vida das escolas (VI)

POSIÇÃO FACE A INSTRUMENTOS E ÓRGÃOS DE PLANEAMENTO EDUCATIVO LOCAL	AGRUP.		NÃO AGRUP.	
Envolvimento no projecto educativo municipal	8	8%	1	1%
Participação na elaboração da Carta Educativa Municipal	6	6%	12	13%
Representação o Conselho Municipal de Educação	20	21%	31	33%
Participação nas decisões da política educativa local	0	0%	7	7%
Não responde	63	65%	43	46%
Total	97	100%	94	100%

33

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

AS AUTARQUIAS VISTAS PELOS AGRUPAMENTOS E PELAS ESCOLAS NÃO AGRUPADAS pontos críticos e actuação prioritária

GENERALIZAÇÃO: Ainda existem municípios (8%) que não têm agrupamentos. Em sede de reorganização da rede escolar, deveriam ser recompostos os agrupamentos que não obedecem aos critérios (fixados ou a fixar) que decorrem dos princípios enunciados no RAAG.

ACOMPANHAMENTO: O acompanhamento da vida educativa dos agrupamentos é, na maior parte dos municípios, deficitário, pouco eficaz e não avaliado. Poderiam ser estabelecidas orientações nacionais que responsabilizem os municípios pelo acompanhamento e avaliação (do funcionamento e desempenho das escolas). A concretização dessas orientações, ao nível da definição de prioridades, de meios e recursos, caberia aos Projectos Educativos Municipais.

REPRESENTAÇÃO: É muito desigual de município para município e pouco eficaz, nomeadamente nos domínios do rendimento escolar, do cumprimento da escolaridade, da educação de 2.ª oportunidade e da formação profissional. Deveriam ser estabelecidos mecanismos de responsabilização na representação das autarquias junto dos órgãos próprios dos agrupamentos e das escolas não agrupadas.

NOVAS COMPETÊNCIAS, ATRIBUIÇÕES E FINANCIAMENTO: em todos os domínios que se prendem com a educação pré-escolar, o ensino básico, a educação de 2.ª oportunidade e a formação profissional, nomeadamente ao nível do planeamento, da rede escolar, dos apoios sociais, dos apoios e complementos educativos, do pessoal não docente e do rendimento escolar. Simultaneamente, deveria ser revisto o financiamento autárquico em matéria de educação.

34

AUTARQUIAS / EDUCAÇÃO

COMENTÁRIOS

António Sousa Fernandes*

Tendo em conta as limitações do tempo disponível vou centrar o meu comentário numas breves notas sobre os dois trabalhos de investigação apresentados.

Em primeiro lugar, quero relevar a sua qualidade e originalidade. Penso que é a primeira vez que se apresentam dois estudos com esta dimensão, sobre a intervenção autárquica na educação, no caso da Professora Odete Valente analisando a educação pré-escolar a nível nacional, e no caso do Eng.º Jorge Martins e da Dra. Gracinda Nave o ensino infantil e um leque mais largo da educação básica no âmbito da Região Norte, onde os municípios têm responsabilidades directas. São dois estudos relevantes, que nos dão uma panorâmica muito exacta da situação em que se encontram neste momento estes níveis de ensino. E estes estudos suscitaram-me duas propostas de continuidade de investigação: uma primeira, é que também se fizessem estudos comparativos nas restantes regiões do país à semelhança do estudo feito sobre a Região Norte. Julgo que poderíamos com isso ter uma visão comparativa do conjunto nacional, articulando-o também com os indicadores de desenvolvimento regional que a Professora Elisa Ferreira falou e que mostram as assimetrias entre regiões. Podíamos com isto ver também como é que se situa no plano da educação, a intervenção municipal nas várias regiões.

Uma constatação emerge com clareza da leitura dos estudos: é que não há correspondência entre a capacidade financeira do município e o investimento que eles fazem na educação, quer pré-escolar, quer escolar. Nota-se até que municípios com menor capacidade financeira investem percentualmente mais do que municípios com mais capacidade financeira. E, normalmente, esses municípios com mais capacidades financeiras estão situados em zonas mais desenvolvidas ou em zonas urbanas. Acho que esta também era uma questão a para nos interrogarmos das razões desse fenómeno. Conheço um estudo comparativo, um caso relatado há poucos

* Universidade do Minho

anos pelo Ministro da Educação da Dinamarca em que, por exemplo, os municípios da zona norte de Copenhaga, com mais capacidade económica, investiam proporcionalmente menos na educação do que os municípios a sul da capital com menor capacidade económica. O que nos faz pensar que no investimento em educação há outros factores que não apenas as potencialidades económicas do município.

Ainda em referência às investigações aqui apresentadas também gostava de acrescentar alguns comentários adicionais aos dados recolhidos. Em primeiro lugar, importa sublinhar o papel que os municípios têm desempenhado na educação depois do 25 de Abril. Naturalmente que os relatórios mostram várias carências e assimetrias em matéria de equipamentos que não correspondem àquilo que serão hoje as condições requeridas para uma boa acção educativa. Mas, independentemente desse aspecto, que penso que deve ser melhorado, deve fazer-se justiça ao facto de os municípios portugueses depois do 25 de Abril, terem investido na educação de uma forma que não tem comparação com os períodos anteriores.

Reparemos, por exemplo, no que sucedeu com a educação pré-escolar no nosso país depois do 25 de Abril. A sua expansão foi também resultante da intervenção dos municípios que investiram com percentagens significativas dos seus orçamentos na construção de jardins de infância e exerceram uma pressão política constante junto dos sucessivos governos para que estes equipamentos fossem providos de educadoras. Desta acção conjunta resultou um avanço enorme na educação pré-escolar. Em 1974 tínhamos uma cobertura de educação pré-escolar abrangendo apenas 3% da população, assegurada apenas pela rede privada. Actualmente, segundo os dados que aqui apresenta o relatório de Jorge Martins e Gracinda Nave, temos uma cobertura que se aproxima dos 75%. Em trinta anos o país deu este enorme salto. É preciso recordar que uma cobertura idêntica do ensino primário demorou setenta e cinco anos a ser conseguida. Foi preciso chegar a 1975 para termos uma cobertura de 75% do ensino primário, apesar de se partir uma base maior, cerca 10 a 15% de população alfabetizada no princípio do século. O que significa que a aceleração do processo de

educação em Portugal foi enorme a partir do 25 de Abril. E daí que se compreenda que nem sempre houvesse possibilidade de fazer corresponder a quantidade de equipamentos a respostas mais qualitativas que agora se exigem e que se podem dar. Mas essa falta de resposta qualitativa não é exclusiva dos municípios. É sabido que muitos dos estabelecimentos de ensino básico e secundário estão desactualizados e mal equipados em relação àquilo que são as actuais exigências educativas e esse desajuste acresce ainda quando se pede que se desenvolvam na escola formações mais abrangentes do que as que eram pedidas à escola tradicional. E, portanto, a conclusão a tirar é que a desadequação do parque escolar português é generalizada e não sei se será maior ou menor nos outros níveis de ensino do que no ensino primário e pré-escolar de responsabilidade camarária.

Um outro aspecto que quero salientar aqui é que se os municípios investiram muito na educação escolar, o Estado continua a ser o factor fundamental da expansão da rede de ensino. Por exemplo, a rede pré-escolar teve um maior desenvolvimento a partir de 1998, quando começaram a celebrar protocolos com os municípios para alargar a rede de ensino. E porque acontece isso? Porque, de facto, o Estado é que tem suportado, até hoje, mesmo nestes níveis, a maior partes dos custos, sobretudo os custos com os professores, com as educadoras, com o pessoal auxiliar e, inclusivamente, participando as infra-estruturas. Isto é assim porque os nossos municípios não têm capacidade financeira para o fazer. Ora isto remete para um outro aspecto que é a capacidade económica do município português, comparada com os municípios no contexto europeu. Não tenho dados recentes, mas dados de 1996, que se encontram no livro História dos Municípios e do Poder Local de César de Oliveira, mostram para década do 1990, um quadro comparativo da comparticipação municipal no Orçamento Geral do Estado. Nessa altura, os municípios portugueses tinham a comparticipação à volta de 5%. Penso que a primeira lei do Fundo de Equilíbrio Financeiro falava que ela devia chegar aos 8%, mas nunca atingiu esse valor. Mesmo este era um valor muito abaixo de qualquer município europeu, quer dos municípios de países centralizados, como Espanha ou França, quer dos municípios descentralizados em que a participação dos municípios no Orçamento Geral do Estado é muito elevada. Por exemplo, na

Holanda era de 30%, e na Suécia de 25%. Ora, isso também explica algumas razões porque é que os municípios não podem investir na educação. Para que haja um maior envolvimento municipal também tem que se reequilibrar a forma de distribuição de financiamentos. Naturalmente que isto aqui também apela, eventualmente, para o nível intermédio da regionalização que poderia ser um factor que viria, com certeza, equilibrar a situação da educação em Portugal. O futuro irá pedir quer ao município, quer à comunidade local que tenham um papel mais interventivo na educação. Porque se não envolvermos a comunidade local, e não apenas o município mas outras entidades locais, no processo educativo, podemos estar permanentemente com problema de que a nossa educação não conseguir nem envolver os directamente interessados nem responder aos desafios que hoje temos, e que têm que ter uma resposta basicamente local. Mas isso implica uma redefinição de competências educativas locais e uma consequente distribuição mais equitativa de recursos entre Estado e Autarquias.

Paulo Caldas*

Muito boa tarde. Prometo ser breve, dado o adiantado da hora.

Deixava aqui algumas ideias que me parecem fundamentais. Tive a oportunidade de ler atentamente o estudo e deixaria no ar as seguintes questões problemáticas: a primeira, tem a ver com a falta de planeamento que existe no nosso território; na minha opinião, grande parte dos indicadores que são apresentados derivam dessa falta de planeamentos: planeamentos ao nível nacional, ao nível regional ou a ausência até de entidade, conforme a Senhora euro-deputada referiu e muito bem, uma entidade que supra-entenda a organização e gestão a esse nível e também ao nível local. Tem havido, efectivamente no nosso país uma grande falta de planeamento, e aquele desafio estratégico de, juntando aqui a coesão com a competitividade, em termos de dimensão qualitativa, estamos a falar da educação ou de qualquer outro factor mas, neste seminário, aborda-se a educação no âmbito local. Efectivamente, desloca-nos para um campo onde acontecem situações como a que foi apresentada esta manhã, onde se constrói a casa pelo telhado. Tem-se a banda larga mas não se tem o que é básico, o que é fundamental para o dia-a-dia das pessoas que vivem na escola, que educam ou que educam numa parte, no seio de uma comunidade. Por isso penso que o primeiro grande desafio que se lança, quando falamos de educação e de municípios, é o do desenvolvimento sustentado e é o da garantia de haver uma opção política no factor educativo. Isto tem que ser uma opção política que extravasa a questão do software, do hardware, tem que ser efectivamente uma opção que junte território, que junte as organizações e que junte as pessoas. E aqui, nas pessoas, vem a matéria prima fundamental, quando falamos no factor educativo: os professores, os alunos e todos aqueles que no seu meio, naquilo que é a escola, conduzem a uma qualificação superior dos nossos filhos.

Como referi há pouco, analisei atentamente alguns dos aspectos dos estudos apresentados e gostaria de salientar dois: o primeiro tem a ver com a

* Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo/CNE

grande dificuldade que as autarquias têm em implementar acções, medidas, em parceria com a escola e todos os agentes que na escola trabalham para educar os nossos filhos, a dificuldade de conseguirmos concretizar projectos educativos porque não existem meios. Aí, perdoem-me alguma costela excessiva de autarca mas, na verdade, penso que havendo como sei que há autarcas nesta sala, sentimos que as autarquias fazem o que podem: fazem o que podem para ajudar o desenvolvimento escolar ou o desenvolvimento do factor educativo, no âmbito local. E quando fazem o que podem, isto significa que, conforme também foi referido pela Prof.^a Elisa Ferreira e muito bem, os autarcas querem mais competências, é um facto. Nesta área, porventura, precisam de algumas delas, designadamente aquelas que têm a ver com a dinâmica e com o desenvolvimento de projectos educativos, mas também é um facto que, muitas das competências que hoje estão no papel e na lei, determinadas para serem cumpridas, no âmbito local, não têm meios compatíveis que permitam fazer uma concretização com qualidade dessas mesmas competências. Penso que na planificação do tal desafio estratégico e de lançamento do factor educativo, é por aí que qualquer política educativa de âmbito municipal ou supra-municipal deve, preferencialmente, começar. É pela definição de objectivos concretizáveis, porque, conforme foi referido pela Prof.^a há pouco, no seu estudo releva um facto que é óbvio para todos nós e que é a questão das assimetrias, das diversidades. E essas diversidades nascem porque não há planeamento na organização do meio, não havendo uma directriz clara também não se consegue trabalhar.

Para sintetizar e terminar esta minha apresentação, acho que, no tal desafio estratégico do factor educativo, há aqui duas componentes fundamentais: a componente do hardware, das infra-estruturas, que tem de ser planificada ao nível supra-municipal e também ao nível municipal. Hoje, felizmente, que já existem associações de municípios que trabalham de forma integrada em rede e que permitem a consolidação de Cartas Educativas. Estas Cartas Educativas que funcionam em rede, estão a ser feitas por várias associações de municípios que conheço no país, aproveitando, conforme foi referido, a próxima oportunidade, talvez a próxima e última oportunidade para infra-estruturar nesta importante área de desenvolvimento do país, que é a educação, para infra-estruturar os nossos

meios, o nosso território, com capacidade, com dimensão qualitativa e conseguirmos agarrar esta oportunidade. Esse é o primeiro vector, é a capacidade de nós, com as Cartas Educativas, num trabalho em rede, conseguirmos efectivamente garantir uma rede escolar importante.

O segundo vector, tem a ver com uma constatação. De facto, como profissionais da área, autarcas, as pessoas aqui presentes, têm toda a consciência que a escola tem que estar centrada no aluno. Centrar a escola no aluno é centrá-la na comunidade e centrá-la na comunidade é uma grande responsabilidade, não só para as autarquias mas para um conjunto de parceiros da rede social. E hoje, as colectividades, as entidades que trabalham na área da educação, da saúde, da segurança, da protecção civil devem, e felizmente, já estão, tenho consciência que já estão naquilo que é o desenvolvimento de um conjunto de programas, de dinâmicas e projectos educativos, que já estão a trabalhar no terreno em parceria e em rede para garantir, efectivamente, que do lado do software, as coisas são feitas com qualidade, com a tal dimensão qualitativa.

Deixo, para terminar, apenas aquilo que me parece ser uma constatação e uma questão fundamental. Primeira constatação de facto, nós para planificarmos temos que abandonar a visão centralista que temos no país em múltiplos níveis, e também na educação. Temos que a abandonar, não estou aqui a referir se é no Norte, se é no Centro, no Algarve ou na Lezíria do Tejo mas enquanto tivermos a política e o desenvolvimento de factores, entre os quais, o factor educativo, centrados em Lisboa, não conseguimos construir um país simultaneamente competitivo e coeso. Esse é um factor que me parece importante e que deixava aqui para reflexão.

O segundo ponto, que também me parece importante, é que competências acrescentar àquelas que já existem na lei. Porque, muito sinceramente, e desculpem-me mas mais uma vez é a veia de autarca a funcionar, neste momento, sinto que as autarquias não fazem mais porque não podem, não têm meios. Também tem a ver com a organização, com uma melhoria da eficiência de procedimentos que todas as autarquias precisam, como qualquer organização no país, com uma alocação de meios

financeiros, logísticos e de organização de procedimentos, que as autarquias, neste momento, não dispõem. Por isso é uma questão de factor qualitativo que teremos que trabalhar todos para melhorar este desenvolvimento que se pretende sustentado.

Muito obrigado.